

## 02 REFERÊNCIAS ELOGIOSAS

## 03 EDITORIAL

## 04 AGENDA NOTICIOSA

- 04 Aniversários:  
04 Dia da Banda Sinfónica  
05 Dia do Comando Territorial de Faro  
06 Dia da UEPS  
07 Dia do Comando Territorial dos Açores  
08 Dia do Comando Territorial de Bragança  
09 Dia do Comando Territorial de Castelo Branco  
10 Notícias:  
10 Tomada de Posse do Chefe da Secretaria-Geral da Guarda Nacional Republicana  
11 Concerto de Ano Novo  
13 Encerramento do 50.º Curso de Trânsito  
14 Reunião da EUROPOL  
14 Reunião da CEPOL  
15 Juramento de Bandeira dos Formandos do 51.º Curso de Formação de Guardas  
17 Operação Floresta Segura 2023  
19 GNR no *Pet Festival 2023*  
20 Dia Nacional do Sargento  
20 Visitas da *Arma dei Carabinieri Italiana* à GNR  
21 Inauguração do Subdestacamento Territorial da Charneca de Caparica  
22 Exercício Operacional na Serra da Estrela  
23 Exercício de Intervenção Rápida  
24 GNR na Força Nacional Conjunta na Turquia  
25 GNR na Força Nacional Conjunta no Chile  
26 Visita dos Auditores dos PALOP e Timor-Leste  
27 Visita da Diretora-Executiva da CEPOL à GNR  
28 Militar da GNR Campeã Nacional de *Trail Ultra Endurance 22/23*  
28 Reunião de Cooperação Policial de Forças Congéneres  
29 Compromisso de Honra do 49.º Curso de Formação de Guardas  
31 Dia Internacional da Mulher  
32 GIOE da GNR Conquista 1.º Lugar  
33 Lancha *Bojador* na Operação THEMIS 2023  
34 Visita do Curso de Defesa Nacional à Guarda Nacional Republicana  
35 Dia Internacional das Florestas  
36 Dia da Fundação  
41 Silves – Participação Conjunta SEPNA & *Safe Communities Portugal – Mediterranean Garden Fair*  
42 Governo + Próximo

## 43 TEMA DE CAPA

- 43 A Unidade de Emergência de Proteção e Socorro

## SUMÁRIO



A Unidade de Emergência de Proteção e Socorro

### Ficha Técnica

Proprietário:

Comando-Geral da GNR, Largo do Carmo - 1200-092 Lisboa; Tel.: 213217354/294 - Fax 213217159;

NIPC: 600008878 **E-mail geral:** revista@gnr.pt;

**Diretor:** Carlos Manuel Pona Pinto Carreira, coronel de Administração Militar

**I E-mail:** revista.direcao@gnr.pt **I Redação e Edição:**

Comando-Geral da GNR, Largo do Carmo, 1200-092 Lisboa

**Redação:** Paulo Guedelha, primeiro-sargento de Cavalaria;

Cláudio Alexandre, guarda-principal de Infantaria

**I Serviços Administrativos:** António Lourenço, cabo-mor de Cavalaria;

José Rasteiro, cabo de Infantaria

**I Revisão Ortográfica:** Vasco Zacarias, cabo de Infantaria

**I Fotografia:** Arquivo da Revista, Autores e Secção de Audiovisuais da GNR

**I Execução Gráfica:** Núcleo de Apoio Gráfico GNR, Rua Padre Adriano Botelho, n.º 1,

1300-436 Alcântara.

**I Tiragem:** 2.800 Exemplares. Depósito Legal N.º 26875/89, ISSN: 1645-9253. Preço Capa: € 1,20;

Assinatura Anual: € 6,00; Ano XXXV - N.º 137 - janeiro - março de 2023. Publicação Trimestral.

N.º de registo ERC 127790.

**Estatuto Editorial:** Compete à Revista da Guarda veicular formação, informação e cultura a todos os militares e promover a divulgação da imagem e identidade institucional da Guarda.

Os artigos assinados manifestam a opinião dos seus autores e não necessariamente um ponto de vista oficial. No ano de 2012 entraram em vigor as normas constantes do Acordo Ortográfico. A Revista da Guarda, atendendo aos muitos artigos em carteira e às opções dos seus autores, vai progressivamente implementando as novas normas, coexistindo as duas formas de escrita. Apelamos, por isso, à compreensão dos nossos leitores.

## Referências Elogiosas

«Exmos. Senhores,

na qualidade de cidadão residente em Grândola e em representação de todos os moradores que residem no Bairro onde decorreu o final da perseguição a quatro indivíduos que foram surpreendidos pela GNR, no dia 26 de janeiro de 2023, mais propriamente na Rua António da Silva, em Grândola, venho a elogiar a postura dos nossos vizinhos militares da Guarda Nacional Republicana que, estando em casa, fora do exercício das suas funções e sem estarem devidamente equipados e armados, saíram das suas habitações, nas quais se encontravam com as suas famílias, para prontamente se apresentarem junto dos colegas do Trânsito de Beja e colaborarem no sentido de encontrar os suspeitos, dando assim mais segurança a quem reside no bairro.

Como conhecedores do território, percorreram Grândola com o objetivo de encontrar os suspeitos, culminando na detenção do 2.º suspeito que andava a assustar a população, quando tentava entrar nas habitações para se esconder da GNR.

Desta forma, vimos pelo presente agradecer e enaltecer a prontidão/postura do primeiro-sargento Lama (comandante do Posto Territorial de Alcácer do Sal), do cabo Pires, do guarda Nunes e do guarda Sequeira do Posto da GNR de Grândola, por terem colocado como prioridade a honra da sua profissão, a salvaguarda dos cidadãos e a colaboração com os colegas de outros Postos, em detrimento das suas famílias.

Gratos pela atenção dispensada.

Os residentes do bairro.»

«Bom dia.

Chamo-me Natércia Gonçalves, sou atualmente a gerente do Continente Bom Dia de Avanca.

Venho, por este meio e porque penso que devemos enaltecer o que tem valor e mérito, agradecer aos elementos do Posto da GNR de Avanca, por todo o apoio, prontidão e tempos de resposta nas nossas ocorrências que infelizmente são cada vez mais.

E quero agradecer a todos os elementos sem exceção.

Mostram ser uma equipa coesa, unida e bem liderada.

De facto, após ter passado em muitas localidades da zona norte/centro, nota-se a diferença em Avanca.

O cuidado, zelo e rigor que os profissionais demonstram, em todas as situações que tenho presenciado, é digno de louvor e agradecimento.

Em nome individual e da minha equipa, queremos agradecer por tudo o que têm feito por esta comunidade em geral e pela nossa loja em particular.

O nosso muito obrigada pelo profissionalismo com que envergam a vossa causa e pelo que todos os dias fazem por todos nós.

Um grande bem hajam.

Com os meus melhores cumprimentos,

Natércia Gonçalves.»

«Exmo. Senhor Tenente-General José Manuel Lopes dos Santos Correia,

venho, por este meio, dirigir-lhe um sincero e sentido elogio aos operacionais do Posto da Guarda Nacional Republicana de Arcos de Valdevez.

Assim, permita-me destacar a eficiência, o esforço e o patriotismo na resolução do desaparecimento de um familiar meu, no mês de janeiro, uma vez que, poucas horas após a queixa apresentada, os militares efetuaram buscas imediatas e eficazes que permitiram encontrar o desaparecido e assim evitar um desfecho trágico.

Em suma, perante o sofrimento vivido e o alívio sentido, num curto espaço de tempo, ressalva-me um sentimento de orgulho, perante estes agentes da segurança nacional que, para além de possuírem missões, valores e divisões, detêm também valores morais, éticos e familiares que só enaltecem ainda mais o brasão da heráldica.

Assente na minha modesta e humilde posição como cidadão, queira convir V. Exa. tenente-general José Manuel Lopes dos Santos Correia, a minha maior estima e consideração perante si e toda a instituição que representa.

Atenciosamente,

Sandrina Parga.»



A primeira Revista do ano de 2023 é consagrada à Unidade de Emergência de Protecção e Socorro (UEPS).

A Missão de Protecção e de Socorro na Guarda Nacional Republicana (GNR), com a criação da Unidade de Emergência de Protecção e Socorro (UEPS), passou a estar reservada a esta nova Unidade Especializada na estrutura da Guarda, que tem como Missão, em todo o Território Nacional (TN), executar acções de prevenção e intervenção em situações de acidente grave e catástrofe, designadamente nas ocorrências de «incêndios rurais, de matérias perigosas, de cheias, de sismos, de busca, resgate e salvamento em diferentes ambientes, bem como em outras situações de emergência de protecção e socorro, incluindo a inspecção judiciária em meio aquático e subaquático», adquirindo, também, a capacidade de «realizar acções de gestão de combustível rural, incluindo queimas e queimadas, de gestão de fogos rurais e de protecção contra incêndios rurais» e de «realizar acções de supressão de fogo, em ataque inicial e ampliado».

A UEPS adquiriu, ainda, a responsabilidade de «aprontar e projectar forças em Missões Internacionais de Gestão Civil de Crises no âmbito da

Protecção Civil», participando na Capacidade Europeia de Resposta a Emergências (CERE).

De forma a garantir o cumprimento das missões que tem atribuídas, a UEPS dispõe de uma reserva operacional, que agrega as subespecialidades de Busca e Resgate de Montanha (BRM), Busca e Resgate em Estruturas Colapsadas (BREC), Matérias Perigosas/Nuclear Radiológico, Biológico e Químico (MP/NRBQ), Operações Subaquáticas (NEOS) e a *Unnamed Aircraft Systems* (UAS), tendo vindo a fomentar a criação e manutenção de relações sólidas com Entidades Externas e Agentes de Protecção Civil, abrangendo as dimensões *Security* e *Safety*.

Nesta Revista, começamos por noticiar a realização do tradicional Concerto de Ano Novo da GNR, no dia 6 de Janeiro de 2023, no Teatro Nacional de São Carlos, presidido por S. Exa. o Ministro da Administração Interna (MAI), Dr. José Luís Carneiro, tendo a sua Banda Sinfónica atuado sob a orientação dos seus novos Maestros, Alferes Ricardo Torres e Hélder Gonçalves.

De seguida, damos realce a duas cerimónias: em 20 de Janeiro de 2023, a Cerimónia de Juramento de Bandeira dos formandos do 51.º Curso de Formação de Guardas, realizada no Centro de Formação da Figueira da Foz, presidida por S. Exa. o MAI, Dr. José Luís Carneiro, em que, dos 313 Guardas Provisórios que estão a frequentar o curso, 194 (168 homens e 26 mulheres) realizaram o seu Juramento perante o Estandarte Nacional; e a Cerimónia do Compromisso de Honra dos militares do 49.º Curso de Formação de Guardas realizada no Centro de Formação de Portalegre, no dia 3 de Março de 2023, presidida por S. Exa. a Secretária de Estado da Administração Interna (SEAI), Dra. Isabel Oneto, em que 321 novos Guardas (278 homens e 43 mulheres) assumiram o seu Compromisso de Honra, dando, assim, início à sua actividade profissional na GNR.

Destacamos, no dia 24 de Janeiro 2023, a apresentação pública da Operação Floresta Segura 2023, organizada pela GNR, na Tapada Nacional de Mafra – com a presença de S. Exas. o Presidente da República (PR), Professor Doutor Marcelo Rebelo de Sousa, o MAI, Dr. José Luís Carneiro, e a Ministra da Defesa Nacional (MDN), Professora Doutora Helena Carreiras, que visa o planeamento e execução de acções de sensibilização, fiscalização, vigilância e detecção de incêndios rurais, operações de supressão em ataque inicial (ATI) e ataque ampliado (ATA), e investiga as causas e os crimes de incêndio florestal e valida as áreas ardidas, de forma a prevenir, detectar e combater os incêndios rurais, e reprimir actividades ilícitas, garantindo a segurança das populações e a preservação do Património Florestal.

Terminamos, dando ênfase às Comemorações do Dia da Fundação – 10 de Dezembro de 1801, consubstanciadas em dois eventos: uma Cerimónia Militar presidida por S. Exa. o MAI, Dr. Luís Carneiro, em 22 de Março de 2023, no Comando-Geral; e uma Exposição intitulada «Do Convento ao Quartel do Carmo - Do Condestável a Salgueiro Maia», que decorreu no Museu da GNR, entre 13 de Dezembro de 2022 e 8 de Abril de 2023.

Quartel do Carmo, Lisboa, 09 de Maio de 2023.

O Director da Revista

*Carlos Manuel Pona Pinto Carreira*

*CM*

Carlos Manuel Pona Pinto Carreira

Coronel

# Aniversários

Dia da Banda Sinfónica



Dia do Comando Territorial de Faro



# PELA LEI E PELA GREI

Dia da UEPS

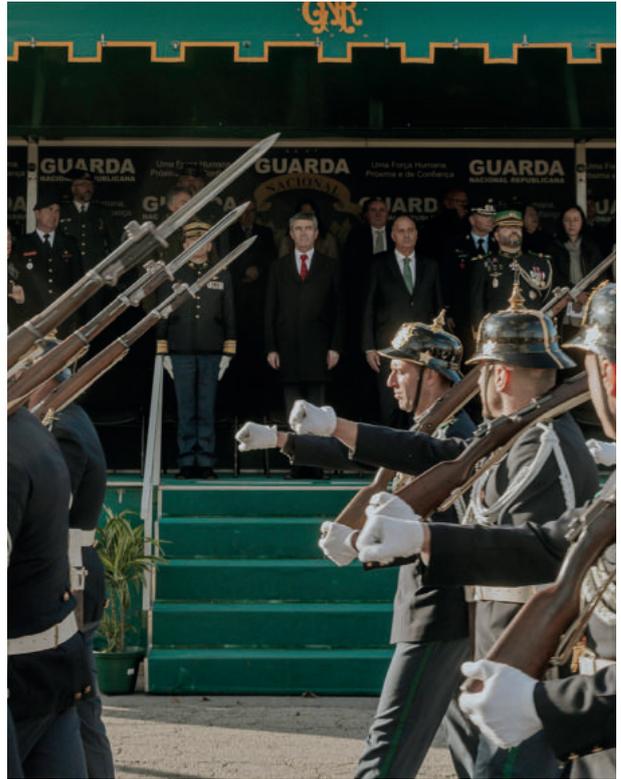


Dia do Comando Territorial dos Açores



# PELA LEI E PELA GREI

## Dia do Comando Territorial de Bragança



Dia do Comando Territorial de Castelo Branco



## Notícias

### Tomada de Posse do Chefe da Secretaria-Geral da Guarda Nacional Republicana



Por Despacho de S. Exa. o comandante-geral da GNR, foi nomeado para o cargo de chefe da Secretaria-Geral da GNR, o Exmo. coronel Reinaldo Nuno Valente de Andrade.

Destarte, a Guarda Nacional Republicana organizou uma cerimónia de tomada de posse no dia 5 de janeiro de 2023, na sala General Afonso Botelho, no Comando-Geral, em Lisboa, que foi presidida por S. Exa. o comandante-geral da GNR, tenente-general José Manuel Lopes dos Santos Correia.

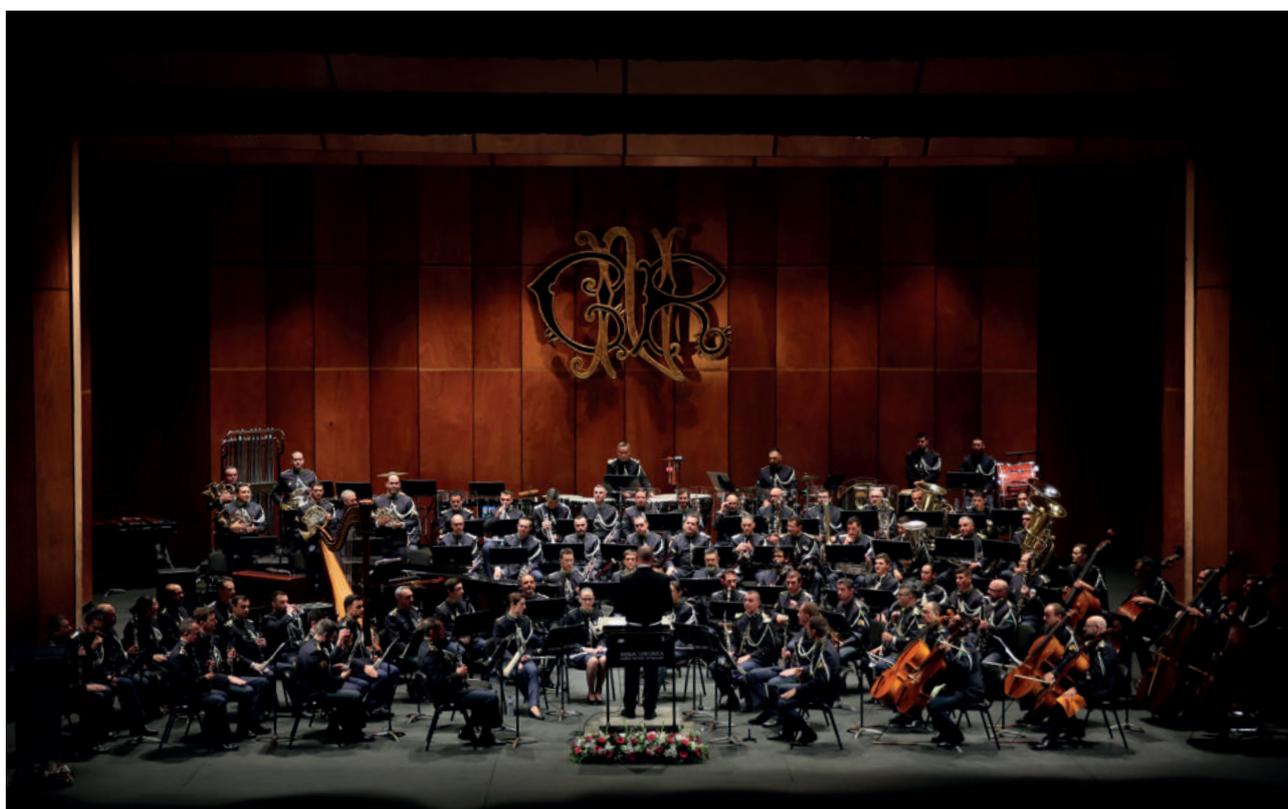
A cerimónia realizou-se nos termos protocolares habituais da Guarda e decorreu com o brio e decoro

que caracterizam as cerimónias da instituição.

Após a leitura da síntese curricular do Exmo. coronel Reinaldo Andrade e do despacho da sua nomeação, deu-se a assinatura do termo de posse, prosseguida de um breve discurso de S. Exa. o comandante-geral da GNR, tendo o evento findado com as habituais felicitações.

Neste evento, marcaram presença o Exmo. 2.º comandante-geral, alguns comandantes, diretores e chefes, bem como o sargento-mor da Unidade e representantes das categorias profissionais de sargentos, guardas e civis.

## Concerto de Ano Novo



Tradicionalmente, a Guarda Nacional Republicana proporciona à sociedade portuguesa, eventos culturais de natureza diversa, através da Banda Sinfónica da GNR, detentora de fortes tradições musicais e militares, com enorme prestígio nacional e internacional.

Sendo os concertos da Guarda particularmente apreciados e frequentemente solicitados por diversas entidades civis e militares, e no sentido de proporcionar mais um momento musical único de grande requinte e convívio cultural, a Guarda Nacional Republicana realizou o tradicional concerto de Ano Novo no dia 6 de janeiro de 2023, no Teatro Nacional de São Carlos, em Lisboa.

A Banda Sinfónica da GNR atuou sob a orientação dos seus novos maestros, alferes Ricardo Torres e alferes Hélder Gonçalves, num concerto presidido por S. Exa. o ministro da Administração Interna, Dr.

José Luís Carneiro.

A realização deste concerto não só evidenciou a capacidade de execução e de criatividade da Banda Sinfónica da GNR, como prestigiou a imagem institucional com enorme brilhantismo, aproximando as pessoas da Guarda Nacional Republicana através da música.

O programa do concerto foi apresentado em duas partes e contemplou os seguintes temas:

*Cavalaria ligeira* – Franz von Suppé;

*The Ghost Ship* – José Alberto Pina;

*Suite from The Valencian Widow (introduction, Serenade, Dance)* – Aram Khachaturian;

*Fanfarrã para a Banda da Guarda* – Nelson Jesus;

*Der Zigeunerbaron* – Johann Strauss II

*Symphonic Dances from West Side Story* – L. Bernstein;

*Trisch-Trasch-Polka* – Johann Strauss.

PELA LEI E PELA GREI



## Encerramento do 50.º Curso de Trânsito



No dia 6 de janeiro de 2023, decorreu a cerimónia de encerramento do 50.º Curso de Trânsito para guardas, na Escola da Guarda, em Queluz.

O Curso de Trânsito para guardas tem por finalidade preparar, desenvolver e aprofundar competências técnico-profissionais adequadas para desempenhar as tarefas inerentes à especialidade de Trânsito, designadamente missões de patrulhamento e fiscalização em toda a rede viária nacional, com base numa componente prática, teórica e de estágio.

Atendendo a que o combate à sinistralidade rodo-

viária se constitui como uma prioridade estratégica para a Guarda, os 76 militares (4 mulheres e 72 homens), que concluíram o curso com aproveitamento, reforçaram o dispositivo de Trânsito da GNR, nomeadamente os Destacamentos de Trânsito dos Comandos Territoriais e os Destacamentos de Ação Conjunta da Unidade Nacional de Trânsito, contribuindo para o incremento do patrulhamento e a fiscalização rodoviária, bem como a prestação de auxílio aos condutores nas vias rodoviárias de todo o território continental.

## PELA LEI E PELA GREI

### Reunião da EUROPOL

A Guarda Nacional Republicana participou na Reunião Anual da Europol *Analysis*, que decorreu entre 10 e 11 de janeiro de 2023, em Lisboa, nas instalações do Quartel da GNR de Conde Lippe, do Grupo de Segurança da Unidade de Segurança e Honras de Estado. A *AP SMOKE Annual Meeting* é uma reunião em que várias entidades, com competências específicas no âmbito tributário, se reúnem com periodicidade anual, para discutir os desafios internacionais que se colocam ao fenómeno da comercialização ilícita do tabaco. O evento da Europol – *AP SMOKE Annual Meeting*, contou com a participação de várias entidades internacionais.



### Reunião da CEPOL



No dia 13 de janeiro de 2023, realizou-se na Escola da Guarda, em Queluz, a reunião de apresentação do CEPOL *Exchange Programme* aos parceiros nacionais. Este Programa Europeu de Intercâmbio Policial, que é coordenado nacionalmente pela GNR, através do Gabinete CEPOL da Escola da Guarda, em cooperação com instituições nacionais e internacionais, visa

promover a mobilidade e permitir o intercâmbio de funcionários responsáveis pela aplicação da lei, estabelecendo um conhecimento prático, comum e partilhado, em diferentes campos de aplicação da lei. Para 2023, o foco central deste programa europeu é o crime organizado e tráfico de seres humanos, o cibercrime e combate ao terrorismo e radicalização.

## Juramento de Bandeira dos Formandos do 51.º Curso de Formação de Guardas



Em 20 de janeiro de 2023, realizou-se no Centro de Formação da Figueira da Foz, a cerimónia de juramento de bandeira dos formandos do 51.º Curso de Formação de Guardas, que foi presidida por S. Exa. o ministro da Administração Interna, Dr. José Luís Carneiro, contando ainda com a presença do comandante-geral da GNR, tenente-general José Manuel Lopes dos Santos Correia, entre outras entidades militares e civis. O Juramento de Bandeira constitui um marco impor-

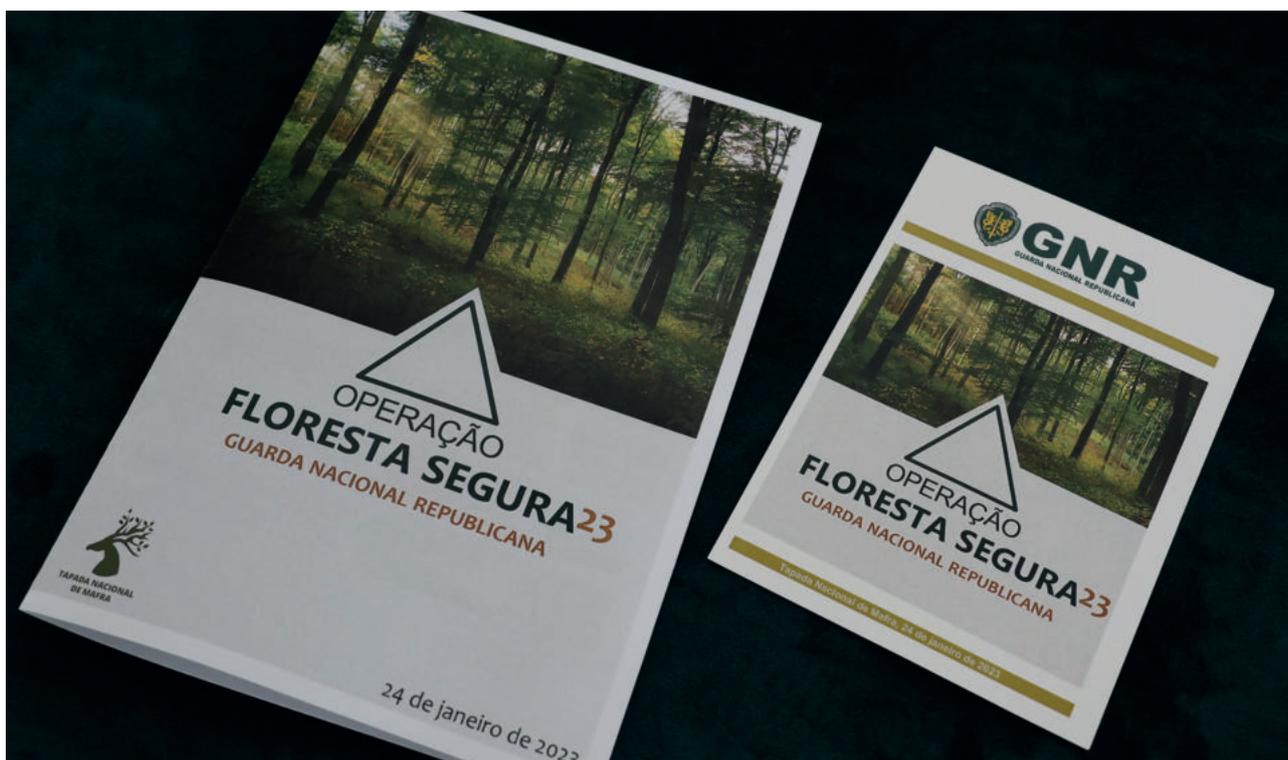
tante na vida de qualquer militar, em que se comprometem a cumprir a constituição, as demais leis da República, bem como todos os deveres militares, ao serviço da GNR, jurando defender a pátria, mesmo com o sacrifício da própria vida.

Dos 313 guardas provisórios que estão a frequentar o curso, 194 (168 masculinos e 26 femininos) realizaram o seu juramento em cerimónia pública, perante o Estandarte Nacional.

PELA LEI E PELA GREI



## Operação Floresta Segura 2023



No dia 24 de janeiro 2023, realizou-se a apresentação pública da Operação Floresta Segura 2023, organizada pela GNR, na Tapada Nacional de Mafra. Esta operação, que ciclicamente se repete ao longo dos anos, e que visa o planeamento e execução de ações de sensibilização, ações de fiscalização, de vigilância e deteção de incêndios rurais, operações de supressão em ataque inicial (ATI) e ataque ampliado (ATA), investiga as causas e os crimes de incêndio florestal e valida as áreas ardidas, de forma a prevenir, detetar e combater os incêndios rurais, e reprimir atividades ilícitas, garantindo a segurança das populações e a preservação do património florestal. Esta apresentação teve a presença de S. Exa. o presidente da República, Professor Doutor Marcelo Rebelo de Sousa, o ministro da Administração Interna, Dr. José Luís Carneiro, e a ministra da Defesa Nacional, Dra. Helena Carreiras, entre outras entidades civis e militares.



# PELA LEI E PELA GREI



GNR no *Pet Festival 2023*



Entre 27 e 29 de janeiro 2023, a GNR participou no *Pet Festival 2023 - Festival da Família e dos Animais de Companhia*, que se realizou na Feira Internacional de Lisboa, no Parque das Nações.

O *Pet Festival* é o maior evento de animais de companhia do país e reúne todas as comunidades de animais, desde cães, gatos e pequenos mamíferos, a répteis, peixes, aves, cavalos e animais de quinta.

Nesta 12.ª Edição, a GNR participou através do SEPNA, com a realização de diversas atividades, como demonstrações cinotécnicas, batismo de passeios a cavalo e passeios de breque.

## PELA LEI E PELA GREI

### Dia Nacional do Sargento

No dia 31 de janeiro de 2023, celebrou-se o Dia Nacional do Sargento.

Este dia visa homenagear os militares que participaram na primeira tentativa de implantação da República, no dia 31 de janeiro de 1891.

Para assinalar a data, decorreu um almoço-convívio na messe de Sargentos do Comando-Geral, que contou com a presença de S. Exa. o comandante-geral, tenente-general José Manuel Lopes dos Santos Correia. Parabéns aos Sargentos da GNR e a todos os Sargentos que serviram e ainda servem Portugal!



### Visitas da *Arma dei Carabinieri* Italiana à GNR



A Guarda Nacional Republicana teve o privilégio de receber no Comando-Geral, duas visitas de delegações da congénere *Arma dei Carabinieri* italiana, sendo que, na primeira visita realizada nos dias 1 e 2 de fevereiro de 2023, o objetivo foi dar a conhecer e trocar experiências sobre as capacidades da GNR na proteção ambiental e prevenção de incêndios.

Para o efeito, a visita integrou um brífting apresentado pelo Serviço de Proteção da Natureza e Ambiente (SEPNA), tendo ainda sido realizadas várias atividades, nomeadamente uma inspeção para a deteção de captação ilegal de água e poluição de cursos de água, uma visita a uma torre de vigia de

incêndios, uma demonstração sobre a investigação de crimes de incêndio florestal e sobre a vigilância das florestas por meios vídeo, bem como o acompanhamento de uma ação de inspeção a operadores de resíduos.

Já a segunda visita entre 20 e 23 de fevereiro de 2023, foi realizada no âmbito do policiamento de proximidade e vítimas específicas, com o principal objetivo conhecer a realidade do policiamento de proximidade implementado a favor da população idosa, bem como perceber como são desenvolvidas as matérias referentes a vítimas específicas, nomeadamente, no crime de violência doméstica.

Inauguração do Subdestacamento Territorial da Charneca de Caparica



A Guarda Nacional Republicana inaugurou o Subdestacamento Territorial da Charneca de Caparica, na área do Comando Territorial de Setúbal, no dia 3 de fevereiro de 2023, com uma cerimónia presidida por S. Exa. o comandante-geral da GNR, tenente-general José Manuel Lopes dos Santos Correia, contando ainda com a presença de outras entidades civis e militares. O Subdestacamento Territorial da Charneca de Caparica, antigo Posto Territorial, integra no Destacamento Territorial de Almada e cumpre a missão na união de freguesias da Charneca de Caparica e Sobreira, e em parte da união de freguesias da Caparica e Trafaria, tendo à sua responsabilidade uma área total de 29,31 km<sup>2</sup> e 48 744 habitantes.



## PELA LEI E PELA GREI

### Exercício Operacional na Serra da Estrela

Entre os dias 6 e 17 de fevereiro de 2023, realizou-se um exercício de treino operacional de montanhismo na serra da Estrela, através de militares do Grupo de Intervenção de Operações Especiais da Unidade de Intervenção da GNR.

Os militares do GIOE contaram com o apoio e o conhecimento técnico dos militares do Posto de Busca e Resgate em Montanha da Unidade de Emergência de Proteção e Socorro.



## Exercício de Intervenção Rápida



Em 8 de fevereiro de 2023, realizou-se, na localidade de Perafita (Matosinhos), o Exercício de Intervenção Rápida organizado pelo Comando Territorial do Porto. Na qualidade de órgão técnico da especialidade de Intervenção Rápida da GNR, o Grupo de Intervenção de Ordem Pública (GIOP) da Unidade de Intervenção (UI) acompanhou este exercício que teve como foco a

atuação das Equipas de Intervenção Rápida em situações inopinadas de distúrbios na via pública.

O evento contou com a participação do Destacamento de Intervenção do Comando Territorial do Porto e de Equipas de Intervenção Rápida dos Comandos Territoriais de Aveiro, Braga, Viana do Castelo e Vila Real.



## PELA LEI E PELA GREI

### GNR na Força Nacional Conjunta na Turquia

De 8 a 20 de fevereiro de 2023, A Guarda Nacional Republicana integrou uma força nacional, na sequência do sismo que abalou a Turquia, com o objetivo de apoiar nas operações de busca e resgate nas estruturas que se encontram colapsadas.

A força da GNR destacada foi constituída por quinze militares do Núcleo de Resgate em Estruturas Colapsadas, três militares UAS (*Unmanned Aircraft System*), sete militares do GIC (Grupo de Intervenção Cinotécnico) e um militar de Engenharia Militar.

Esta força da GNR possui a capacidade de efetuar reconhecimentos de grandes áreas, bem como apoiar as operações para todo o processo de comando e controlo.

Além desta capacidade genérica, efetua especificamente avaliação estrutural e busca em áreas colapsadas, no sentido de identificar vítimas, através de buscas técnicas com recurso a diversos equipamentos e do uso de canídeos.

Após as operações de busca, tem a capacidade de efetuar trabalhos de intervenção, estabilização e resgate de vítimas em espaços confinados e de difícil acesso, com o objetivo de retirar as vítimas e encaminhá-las para o necessário e essencial acompanha-



mento médico.

No âmbito desta operação, S. Exa. o presidente da República, Prof. Dr. Marcelo Rebelo de Sousa, condecorou, no dia 22 de fevereiro, a Força Operacional Conjunta (FOCON TURQUIA 2023) regressada da missão da Turquia, como membro honorário da Ordem do Mérito, tendo o chefe de missão, o Exmo. comandante José Guilherme, recebido as insígnias.

No plano do Mecanismo Europeu de Proteção Civil, para ajudar nas operações de busca e salvamento, integraram na equipa FOCON Turquia, a GNR, a Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, o Regimento de Sapadores Bombeiros e o Instituto Nacional de Emergência Médica.



## GNR na Força Nacional Conjunta no Chile

Em 11 de fevereiro de 2023, militares da Unidade de Emergência de Proteção e Socorro (UEPS) da Guarda Nacional Republicana, que fazem parte do módulo *Ground Forest Fire Fighting*, certificado no âmbito do Mecanismo de Proteção Civil da União Europeia, foram projetados para o Chile, numa Força Conjunta Portuguesa, para ajudar a combater os fogos florestais que assolam aquele país.

O módulo *Ground Forest Fire Fighter* (GFFFO1) foi projetado para combater incêndios florestais em qualquer tipo de ambiente operacional, com equipas especializadas e equipadas, usando meios terrestres, a capacidade de executar operações em áreas de difícil acesso, estabelecimento de linhas de defesa com ferramentas manuais, apoiar operações de máquinas pesadas em combate indireto ao fogo, incluindo com ferramentas, bem como integrar equipas helitransportadas ou apoio a evacuações de civis.



## PELA LEI E PELA GREI

### Visita dos Auditores dos PALOP e Timor-Leste



No dia 13 de fevereiro de 2023, a Guarda Nacional Republicana recebeu, no Comando-Geral, a visita de seis auditores dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e Timor-Leste, a frequentar o Curso de Promoção a Oficial Superior.

A visita consistiu em dar a conhecer melhor a GNR, com especial ênfase nas respetivas estruturas congêneres.

Os Auditores efetuaram uma visita ao Comando-Geral da GNR, cuja agenda incluiu o brifingue institucional, uma passagem pelo Museu da Guarda e pelo Centro Integrado Nacional de Gestão Operacional (CINGOp).



## Visita da Diretora-Executiva da CEPOL à GNR



No âmbito da colaboração entre a Guarda Nacional Republicana e a Agência Europeia para a Formação Policial (CEPOL), a diretora-executiva da CEPOL, María Montserrat Marín López, realizou, no dia 16 de fevereiro de 2023, uma visita à Escola da Guarda (EG), em Queluz.

A CEPOL é a Agência da União Europeia (UE) para a Formação Policial que se dedica a desenvolver, implementar e coordenar a formação dos agentes das autoridades com funções policiais, promovendo a Cooperação Policial através da formação.

A diretora-executiva da CEPOL assumiu funções em 16 de fevereiro de 2022 e realizou esta visita com o propósito de fortalecer o contacto com o Comando

da EG, enquanto parceiro da CEPOL (*Framework Partner*), nomeadamente para obter melhor cooperação institucional e discutir possíveis adaptações para que a atividade da CEPOL vá ao encontro das necessidades efetivas dos seus *Framework Partners*.

A Escola da Guarda, na qualidade de *Framework Partner*, através do seu Gabinete de Estudos e Assessoria CEPOL (GEACEPOL), tem focado a sua colaboração com esta Agência, mediante a organização e implementação de atividades formativas, tais como cursos presenciais e *online*, e *webinars*, assim como incentivando e permitindo aos seus efetivos a candidatura à frequência das diversas atividades constantes no catálogo da CEPOL.

## PELA LEI E PELA GREI

### Militar da GNR Campeã Nacional de *Trail Ultra Endurance* 22/23

A Guarda Nacional Republicana congratula-se de ter ao serviço mais uma campeã!

A guarda-principal Vera Bernardo, do Comando Territorial de Coimbra, sagrou-se campeã nacional de *Trail Ultra Endurance* da época 22/23, após completar os 111 km da prova que decorreu de 24 a 26 de fevereiro de 2023, em 12h53m.

A prova desportiva de Conímbriga Terras de Sicó engloba os concelhos de Alvaiázere, Ansião e Pombal (distrito de Leiria), e Condeixa-a-Nova, Penela, Pombal e Soure (distrito de Coimbra).

As 111 Milhas Terras de Sicó integram cerca de 90% da Grande Rota 26 (GR26), que possui oito rotas específicas e de bastante interesse paisagístico.

Parabéns, guarda-principal Vera Bernardo!



### Reunião de Cooperação Policial de Forças Congéneres



Em 28 de fevereiro de 2023, decorreu em Fátima, uma reunião entre o Departamento de Operações do Comando Operacional da GNR e a delegação da Secção de Operações da Guarda Civil espanhola, no âmbito do planeamento da operação das Jornadas Mundiais da Juventude, com a participação do Comando Territorial de Santarém.

As delegações chefiadas pelo Exmo. brigadeiro-general Pedro Oliveira, diretor do Departamento de Operações e pelo Exmo. coronel Juan Carretero Lucena, da Secção de Operações da Guarda Civil de Espanha,

realizaram uma visita ao Posto Territorial de Fátima, ao que se seguiu uma apresentação do modelo e do dispositivo implementado para as Operações de Peregrinação, que findou com uma visita ao Santuário de Fátima.

Além da troca de informações acerca de boas práticas entre as duas forças congéneres, a reunião permitiu ainda identificar pontos comuns de cooperação policial e possibilidade de emprego de meios, de modo a potenciar as valências e as ações nas fases seguintes de envolvimento operacional.

## Compromisso de Honra do 49.º Curso de Formação de Guardas



A cerimónia do compromisso de honra dos militares do 49.º Curso de Formação de Guardas realizou-se na Cidade de Portalegre, no dia 3 de março de 2023, tendo sido presidida por S. Exa. a secretária de Estado da Administração Interna, Dr.ª Isabel Oneto, contando ainda com a presença do comandante-geral da Guarda Nacional Republicana, tenente-general José Manuel Lopes dos Santos Correia, entre outras entidades militares e civis, e ainda de familiares e amigos dos guardas provisórios.

Os 321 novos guardas (278 homens e 43 mulheres) assumiram o seu compromisso de honra perante o estandarte nacional, dando assim início à sua atividade profissional na Guarda Nacional

Republicana.

Durante a cerimónia, foram ainda premiados os três formandos que mais se evidenciaram pelo seu trabalho, competência, dedicação e força de vontade, nomeadamente:

- Guarda Luís Carlos Abrantes Gonçalves Antunes, primeiro classificado geral, com uma média final de 16,56 valores;
- Guarda Gonçalo Manuel Martins Perdigão, primeiro classificado no tiro, com uma média final de tiro de 18,25 valores;
- Guarda Tiago Rafael Fernandes Rodrigues, primeiro classificado em educação física, com uma média final de 20,00 valores.

PELA LEI E PELA GREI



Dia Internacional da Mulher



O dia 8 de março passou a ser comemorado como o Dia Internacional da Mulher em vários países do mundo, como forma de reconhecimento, importância e contributo da mulher na sociedade.

A Guarda Nacional Republicana também faz questão de enaltecer e homenagear as mulheres que servem na Instituição há 28 anos.

Hoje, são mais de 2100 mulheres, entre militares e civis, que integram as mais diversas valências.

Neste dia, especialmente dedicado às mulheres, desejamos as nossas maiores felicitações.



## PELA LEI E PELA GREI

### GIOE da GNR Conquista 1.º Lugar



A Guarda Nacional Republicana, através do Grupo de Intervenção de Operações Especiais, da Unidade de Intervenção, alcançou o primeiro lugar da prova «Patrulha D. Nuno Álvares Pereira 2023», no dia 8 de março de 2023, em Tancos.

Esta exigente prova, organizada pelo Regimento de Paraquedistas do Exército e considerada a «Prova Rainha» da Infantaria portuguesa, contou com a participação de 13 patrulhas representativas das unidades de Infantaria e de guarnição do Exército Português e uma da GNR.

A patrulha do GIOE foi a melhor equipa na geral e a melhor nas provas de tiro (única a obter 100% classificação), prova náutica e marcha-corrída (única a realizar 9 km em menos de 1h), tendo assim obtido o honroso primeiro lugar da prova.



Lancha *Bojador* na Operação THEMIS 2023

No dia 13 de março de 2023, a Lancha de Patrulhamento Costeiro (LPC) *Bojador* partiu para Itália, a fim de integrar a operação conjunta «THEMIS 2023», sob a égide da Agência da Guarda Europeia de Fronteiras e Costeira (FRONTEX), no âmbito da coordenação operacional nas fronteiras externas da União Europeia.

S. Exa. o ministro da Administração Interna, Dr. José Luís Carneiro marcou presença neste dia da projeção da Lancha, com uma tripulação de 20 militares, acompanhado pelo comandante-geral da GNR, tenente-general José Manuel Lopes dos Santos Correia. Tendo como objetivo principal atuar no âmbito da vigilância fronteiriça, controlar os fluxos de imigração

irregular, combater a criminalidade transfronteiriça e reforçar a cooperação europeia no âmbito da Guarda Costeira e da aplicação da lei, a Lancha de Patrulhamento Costeiro (LPC) *Bojador* chegou no dia 20 de março ao porto de Crotona. E logo ao início da manhã do dia 25 de março, a LPC *Bojador* da GNR foi ativada, na sequência da deteção de um navio a navegar a 120 milhas da costa da Calábria (Itália).

Constatou-se que a bordo seguiam 312 migrantes, entre os quais 35 menores, tendo a embarcação da GNR participado, em conjunto com as autoridades italianas, na Operação de Busca e Salvamento. Todos os migrantes foram resgatados e transportados para terra em segurança.

## PELA LEI E PELA GREI

### Visita do Curso de Defesa Nacional à Guarda Nacional Republicana



Foi no dia 14 de março de 2023 que S. Exa. o comandante-geral da Guarda Nacional Republicana (GNR), tenente-general José Manuel Lopes dos Santos Correia, recebeu a visita da delegação do Curso de Defesa Nacional, composto por 37 (trinta e sete) auditores. A visita realizou-se no Comando-Geral da GNR, em Lisboa, iniciando-se com a receção da delegação cerca das 14H30, por S. Exa. o comandante-geral da GNR. Após apresentação de um brifingue sobre a Guarda Nacional Republicana, com o objetivo de permitir aos auditores do curso um contacto mais próximo com a missão da GNR, a sua atividade e capacidades, foi feita uma exposição estática dos meios e valências que a GNR tem à sua disposição na Parada de Cavalaria, seguida de uma visita ao CINGOp e Museu da GNR, tendo a visita dos elementos do Curso de Defesa Nacional terminado pelas 17H30.



## Dia Internacional das Florestas



No dia 21 de março assinala-se o Dia Internacional das Florestas, data que é assinalada todos os anos, desde 2013, sendo que, em 2023, o tema escolhido é «Florestas e Saúde».

O Dia Internacional das Florestas celebra este tema e procura aumentar a consciencialização pública sobre a importância da preservação das florestas.

A cada ano, os países são incentivados a organizar

atividades (locais, nacionais ou internacionais), como é o caso das campanhas de plantação de árvores.

S. Exa. o ministro da Administração Interna, Dr. José Luís Carneiro, na presença de S. Exa. comandante-general da GNR, tenente-general José Manuel Lopes dos Santos Correia, acompanhou uma ação de patrulhamento da GNR, no âmbito da monitorização da gestão de combustíveis.

# PELA LEI E PELA GREI

## Dia da Fundação



No dia 10 de dezembro de 1801, fundou-se a Guarda Real da Polícia, origem da Guarda Nacional Republicana. Nessa data, o tenente-coronel Jean Victor, conde de Novion, foi nomeado comandante da Guarda Real da Polícia de Lisboa, criada na mesma data, com indicação do Quartel do Carmo como seu Quartel-General e local da sua residência.

A data de 10 de dezembro ambiciona afirmar a fundação e a criação da Guarda Real da Polícia como origem de uma força de natureza militar «que vigie na conservação da ordem e tranquilidade pública» da qual a Guarda Nacional Republicana é legítima herdeira.

Simultaneamente pretende-se eleger este dia como o Dia da Fundação e origem da GNR, com especial ênfase para os militares que dedicaram parte da vida ao serviço da Guarda, que em 2022 deixaram o serviço ativo, e aos que malgradamente perderam a vida ao serviço.

A consagração do dia 10 de dezembro, como comemoração da origem, pretende ser um dia de aproximação a todos os militares fora do serviço ativo que serviram a GNR e o País, através do seu acolhimento nas instalações militares, sendo estes recordados com o merecido reconhecimento pelo seu contributo para a





história e prestígio da Instituição.

No âmbito das comemorações do Dia da Fundação, inicialmente prevista para 13 de dezembro de 2022, realizou-se em 22 de março de 2023, uma cerimónia militar no Comando-Geral, em Lisboa, e no período compreendido entre o dia 13 de dezembro de 2022 e o dia 8 de abril de 2023, uma exposição temporária alusiva ao tema «Do Convento ao Quartel do Carmo - Do Condestável a Salgueiro Maia», no Museu da GNR, no Largo do Carmo, em Lisboa.

O evento iniciou-se com a prestação das devidas honras militares, executadas por uma Guarda de Honra,

a S. Exa. o ministro da Administração Interna, Dr. Luís Carneiro, entidade que presidiu a celebração.

A realçar desta cerimónia militar são também as condecorações dos militares que se destacaram pelos serviços prestados e a imposição de uma insígnia a todos os militares que transitaram para a reserva, remetendo para o comprometimento com a Instituição. Estes militares entregaram os brasões de armas da GNR aos novos elementos que recentemente ingressaram na Guarda Nacional Republicana, simbolizando a passagem de testemunho e rejuvenescimento da Instituição.



PELA LEI E PELA GREI



Silves – Participação Conjunta SEPNA & *Safe Communities Portugal* – *Mediterranean Garden Fair*



O Comando Territorial de Faro, através do efetivo Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente (SEPNA) de Silves, em conjunto com a associação *Safe Communities Portugal*, participou no evento *Mediterranean Garden Fair*, nos dias 25 e 26 de março, em Silves.

No decorrer do evento, os elementos do SEPNA realizaram ações de esclarecimento e sensibilização aos visitantes da feira para várias temáticas de âmbito ambiental, nomeadamente, para a gestão de combustíveis junto das residências, bem como ações

relativas à temática da proteção contra quedas em resguardos, coberturas de poços, fossas, fendas e outras irregularidades no solo.

A Guarda Nacional Republicana, através do Serviço da Proteção da Natureza e do Ambiente (SEPNA), tem como preocupação diária a proteção ambiental e dos animais.

Para o efeito, poderá ser utilizada a Linha SOS Ambiente e Território (808 200 520) que funciona em permanência, para a denúncia de infrações ou esclarecimento de dúvidas.



## PELA LEI E PELA GREI

### Governo + Próximo



Em 29 de março de 2023, decorreu uma ação de sensibilização sobre a violência no namoro, dirigida aos alunos do 9.º ano de escolaridade da Escola Secundária Daniel Sampaio, na Sobreda, distrito de Setúbal.

Esta ação foi assistida por S. Exa. o ministro da Administração Interna, Dr. José Luís Carneiro e S. Exa. a inspetora-geral da Administração Interna, juíza desembargadora Anabela Leitão Cabral Ferreira, acompanhados por S. Exa. o comandante-geral da GNR, tenente-general José Manuel Lopes dos Santos Correia.

A ação foi ministrada por militares da Secção de Prevenção Criminal e Policiamento Comunitário (SP-CPC) de Almada e teve como objetivo consciencializar a comunidade escolar para este tipo de violência e incentivar os jovens a denunciar e demonstrar estratégias de prevenção.

A GNR, através do Programa Escola Segura, desenvolvido pelo Ministério da Administração Interna, só no ano de 2022, realizou 30 335 ações de sensibilização nas escolas.



# A Unidade de Emergência de Proteção e Socorro

Coronel tirocinado José Ricardo Gomes Rodrigues (coord.)

Pelo major João Pedro Lopes Fernandes

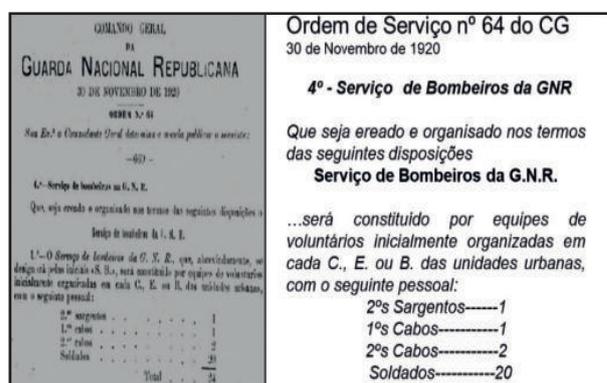
e segundo-sargento Rui Miguel Cunha da Silva

## Gênese da Guarda Nacional Republicana enquanto Agente de Proteção Civil

A Guarda Nacional Republicana (GNR), criada em 1911, como a primeira Guarda da Polícia, organizada em todo o território nacional, tem contribuído desde então como um Agente de Proteção Civil (APC).

Remontam registos que comprovam este carácter, como a Ordem n.º 64, de 30 de novembro de 1920, do Comando-Geral, que refere a criação de um serviço de Bombeiros na GNR, e a Ordem n.º 3, de 15 de janeiro de 1921, que define os emblemas e distintivos que as Praças devem ostentar depois de «consideradas prontas da instrução de bombeiros», o que nos confere a legitimidade para declarar que a GNR possui um longo historial como agente de proteção civil, até à atualidade.

Apesar da «pobreza regulativa da CRP<sup>1</sup> a respeito de proteção civil» (Gouveia J. B., 2018, p. 826), o Estado tem como tarefa fundamental proteger e valorizar o património cultural do povo português, defender a natureza e o ambiente, preservar os recursos naturais e assegurar um correto ordenamento do território.



Fotografia 2 - Ordem de Serviço n.º 3 do CG, de 15 de janeiro de 1921. Fonte: Gov.pt.



Fotografia 1 - Ordem de Serviço n.º 64 do CG, de 30 de novembro de 1920. Fonte: Gov.pt.

A Polícia, por sua vez, tem as funções de defender a legalidade democrática e garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos. A Lei de Segurança Interna<sup>2</sup> prevê medidas para proteger a vida, a integridade das pessoas, prevenir e reagir a acidentes graves ou catástrofes, defender o ambiente e preservar a saúde pública, implicando diretamente a GNR na execução dessas medidas.

A Lei Orgânica da GNR,<sup>3</sup> no seu âmbito de atuação

<sup>1</sup> Constituição da República Portuguesa.

<sup>2</sup> Lei n.º 53/2008 de 29 de agosto.

<sup>3</sup> Lei n.º 63/2007, de 06 de novembro.

## PELA LEI E PELA GREI

enquanto APC, preconiza a proteção das pessoas e dos bens, socorrer e auxiliar os cidadãos, defender e preservar os bens em situações de perigo, por causas provenientes da ação humana ou da natureza, e executar ações de prevenção e de intervenção de primeira linha em situações de emergência de proteção e socorro.

Por sua vez, o Regulamento Geral do Serviço da GNR<sup>4</sup> reitera atribuições à GNR, no âmbito da proteção civil, a proteção da natureza e do ambiente e a proteção e socorro.

Durante a ocorrência de catástrofes naturais ou acidentes graves, o efetivo da Guarda presta todo o apoio compatível com as capacidades e circunstâncias, procurando, por todos os meios, salvaguardar vidas e prestar socorro a feridos, colaborando em todas as situações com outras entidades interessadas, especialmente com a Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC).

Concomitantemente, o Manual de Operações da GNR também prevê o desempenho de missões de apoio e socorro desempenhadas por todas as unidades da Guarda e inserem-se na obrigatoriedade de prestação de auxílio às pessoas em perigo, quer se encontrem isoladas, quer no caso de catástrofes naturais ou outras situações de acidente grave ou calamidade.

### A evolução da Proteção Civil em Portugal

O Serviço Nacional de Proteção Civil (SNPC) tem sofrido, ao longo dos anos, consecutivas alterações, por forma a tornar o sistema mais adequado às ameaças, onde os incêndios rurais ganham destaque, infelizmente pelos piores motivos.

Nessa senda e particularmente nas últimas duas décadas, observaram-se duas grandes reformas no SNPC, motivadas pelo flagelo dos grandes incêndios

rurais (GIR) em Portugal.

A primeira, em 2006, na sequência dos anos catástrofos de 2003 e 2005, e a segunda, 11 anos depois, após os GIR decorridos em 2017.

Esses GIR motivaram uma reformulação sistémica na prevenção e no combate aos incêndios rurais (IR), com medidas sólidas para qualificar e capacitar os vários intervenientes, aumentar a resiliência do território, reforçar a segurança das populações e reformar o «modelo» de proteção já existente.

### O Grupo de Intervenção, Proteção e Socorro (GIPS)

Em 2005, a reforma do SNPC e a criação de uma força específica para missões de Proteção e Socorro, na estrutura da GNR, foi oficializada através do Comunicado do Conselho de Ministros Extraordinário (CME)<sup>5</sup> de 29 de outubro, que se realizou em Mafra. A escolha desta força de segurança assentou em razões de racionalidade e eficiência económica, bem como na sua capacidade organizativa e natureza militar.

O Grupo de Intervenção, Proteção e Socorro (GIPS) foi então criado em 2006, como a subunidade de Proteção e Socorro do ora Regimento de Infantaria



Fotografia 3 - Primeira Apresentação Pública do que viria a ser o GIPS, pelo Exmo. comandante-geral da GNR, tenente-general Mourato Nunes, no auditório do Centro de Operações e Técnicas Florestais (COTF) / ICNF, Lousã, 03 de fevereiro de 2005.  
Fonte: UEPS/GNR.

<sup>4</sup> Despacho n.º 13-A/10, de 05 de maio de 2010, do Exmo. comandante-geral/GNR.

<sup>5</sup> Comunicado do Conselho de Ministros Extraordinário, de 29 de outubro de 2005 (disponível em [www.portugal.gov.pt](http://www.portugal.gov.pt)).

(atualmente Unidade de Intervenção<sup>6</sup>), com a «missão específica de executar ações de prevenção e intervenção de primeira linha em todo o território nacional em situações de emergência de proteção e socorro, designadamente nas ocorrências de incêndios florestais ou de matérias perigosas, catástrofes ou acidentes graves.»<sup>7</sup>, articulando-se «[...] operacionalmente no comando único do sistema integrado de operações de proteção e socorro»<sup>8</sup>.

A formação inicial destes militares teve início na Escola Nacional de Bombeiros (ENB), em 2006, sendo formada a estrutura de comando com o objetivo de qualificar os chefes de equipa com competências específicas e necessárias para que, numa segunda fase, fossem capazes de ministrar a formação aos demais elementos que viessem a constituir a força.

Uma formação que durou 6 meses, incluindo cursos na Escola Nacional de Bombeiros e visitas a outras entidades, das quais se destaca o Chile.

Após esta etapa, os formadores desenvolveram e ministraram o primeiro curso de Primeira Intervenção em Fogos Florestais no Agrupamento de Instrução de Portalegre da Escola da Guarda, com a colaboração e acompanhamento da Escola Nacional de Bombeiros.

Este curso inovador foi considerado muito completo e abrangente, incluindo técnicas de montanhismo, resgate vertical, sapador florestal, adaptação a meios aéreos, gestão de crises, legislação e preparação psicológica e emocional.

Mais tarde, o curso foi ajustado à realidade de emprego do GIPS e passou a ser denominado de Curso de Primeira Intervenção em Proteção e Socorro (CPIPS), ministrado inicialmente<sup>9</sup> em Quartéis do Exército Português e posteriormente em estabelecimentos de en-

sino da Guarda, em coordenação com o comando do GIPS e, em determinadas matérias específicas, com o apoio de outras instituições nacionais e internacionais.



Fotografia 4 - Formação Inicial na Escola Nacional de Bombeiros, Lousã. Na foto, oficiais que implementaram o GIPS, entre os quais o seu comandante, major Paixão e 2.º comandante, capitão Silvério. Fonte: UEPS/GNR.



Fotografia 5 - Curso de Chefe de Brigada Helitransportada, Escola Nacional de Bombeiros, Lousã, 2006. Fonte: UEPS/GNR.

### **A apresentação pública e a integração nacional do Grupo de Intervenção, Proteção e Socorro**

No dia 03 de maio de 2006, nas comemorações do dia da Guarda, o GIPS foi apresentado publicamente, na cerimónia que decorreu em frente ao Mosteiro dos Jerónimos, fazendo parte da estrutura orgânica do outrora Regimento de Infantaria da GNR.

Destacaram-se na formatura, pela cor do seu uniforme (cáqui) e pelos dois símbolos que lhes eram

<sup>6</sup> Art.º 20.º conjugado com o n.º 2 do art.º 44.º da Lei n.º 63/2007, de 06 de novembro – Lei Orgânica da GNR.

<sup>7</sup> N.º 2 do art.º 4.º do Decreto-Lei n.º 22/2006, de 2 de fevereiro – Criação do GIPS, conjugado com o n.º 1 do art.º 194.º, art.º 196.º e art.º 197.º todos do Despacho n.º 10393/2010, de 05 de maio – Regulamento Geral de Serviço da GNR.

<sup>8</sup> N.º 3 do art.º 4.º do Decreto-Lei n.º 22/2006, de 02 de fevereiro – Criação do GIPS.

<sup>9</sup> Do 1.º ao 4.º CPPIPS.

## PELA LEI E PELA GREI

exclusivos: no peito a insígnia do Curso de Primeira Intervenção em Fogos florestais (CPIFF) e no ombro a do GIPS.

Ambas têm como elemento principal um Açor, ave falconiforme que dá o nome à serra onde decorreu a parte prática deste primeiro curso. A par do novo uniforme, usavam a boina operacional do Regimento de Infantaria.

Iniciando a sua atividade no primeiro quadrimestre de 2006, ficou-lhe confiada a missão de ataque inicial helitransportado, estando organizado organicamente em comando e três companhias, a 1.<sup>a</sup> responsável pelos distritos de Coimbra e Leiria, com os Pelotões da Lousã, Pampilhosa da Serra, Figueiró dos Vinhos e Pombal, a 2.<sup>a</sup> responsável pelo distrito de Faro, com os Pelotões de Monchique, Loulé e Cachopo, e a 3.<sup>a</sup> com responsabilidade nos distritos de Vila Real e Viseu, com os Pelotões de Vidago, Ribeira de Pena, Ar



Fotografia 6 - Apresentação Pública do GIPS, Cerimónia do Dia da GNR, 03 de maio de 2006, Mosteiro dos Jerónimos.  
Fonte: UEPS/GNR.

mamar, Santa Comba Dão e Viseu.

Estes pelotões encontravam-se instalados em doze Centros de Meios Aéreos (CMA), afetos ao Dispositivo Especial de Combate a Incêndios, de onde operavam em toda a sua Zona de Ação atribuída.

Já no ano de 2007, ao GIPS foram acometidas responsabilidades sobre mais quatro distritos: Viana do Castelo, Braga, Porto e Aveiro.



Fotografia 7- Recorte Jornal Vivalgarve n.º 75, junho de 2006, Implementação GIPS.

Esta mudança motivou uma reestruturação das companhias existentes, sendo criadas mais três, nomeadamente a 4.<sup>a</sup> que ficou com a responsabilidade do distrito de Vila Real (que no ano anterior fazia parte da 3.<sup>a</sup> companhia), a 5.<sup>a</sup> companhia, responsável pelos distritos de Viana do Castelo e Braga, e a 6.<sup>a</sup> companhia, responsável pelos distritos de Aveiro e Porto. Em 2009, ocorreu a integração de mais 2 (dois) distritos: Bragança e Lisboa e do Grupo Especial de Montanha, passando a encontrar-se na sua totalidade por 12 distritos, disperso por 24 aquartelamentos.

### **Criação da Unidade de Emergência, Proteção e Socorro e a cobertura do ataque inicial helitransportado a todo o território o nacional continental**

Em 2018, no seguimento das alterações estruturais no quadro da proteção civil, surge, através do DL n.º 113/2018, de 18 de dezembro, a Unidade de Emergência de Proteção e Socorro (UEPS) da GNR,



Fotografia 8 - Entrega do Estandarte Nacional pelo Exmo. comandante-geral, tenente-general Rui Clero, ao comandante da UEPS, brigadeiro-general Jorge Goulão.

epígona do GIPS.

Ergueu-se na sequência da reforma do SNPC, através da RCM n.º 157-A/2017, de 27 de outubro, que veio aprovar alterações estruturais na prevenção e combate a IR, «onde se enquadra a expansão e densificação da cobertura do ataque inicial (ATI) pela GNR a todo o território nacional, a par da revisão das suas missões e dos estatutos dos seus operacionais», fundamentadas na «atividade desenvolvida pelo dispositivo do GIPS, desde 2006, em prol da proteção e socorro caracterizada por níveis de desempenho excelentes no exercício de competências técnicas específicas, assumindo uma importância de caráter nacional, na garantia da proteção e socorro dos cidadãos».

A missão de Proteção e de Socorro na GNR com a criação da UEPS passa de forma generalista a ser reservada a esta Unidade, pelo que, até então, era

confiada à Unidade de Intervenção (UI)<sup>10</sup>, através da sua subunidade, GIPS.

Em termos organizacionais, enquanto Unidade, deixa de estar sob a dependência da UI, enquanto subunidade de Proteção e Socorro<sup>11</sup>, assumindo-se como uma nova Unidade Especializada na estrutura da Guarda, no mesmo patamar que a Unidade de Ação Fiscal (UAF), Unidade Nacional de Trânsito (UNT) e Unidade de Controlo Costeiro (UCC).

A UEPS, como unidade especializada da Guarda Nacional Republicana (GNR), passa a ter a missão de executar ações de prevenção e intervenção em situações de acidente grave e catástrofe em todo o território nacional, designadamente nas ocorrências de «incêndios rurais, de matérias perigosas, de cheias, de sismos, de busca, resgate e salvamento em diferentes ambientes, bem como em outras situações de

<sup>10</sup> Al. g) do n.º 2 do Art.º 3.º conjugado com o n.º 2 do art.º 44.º da Lei n.º 63/2007, de 06 de novembro – Lei Orgânica da GNR (LOGNR).

<sup>11</sup> Al. c) e 3) do n.º 1 do Art.º 22.º da Lei n.º 63/2007, de 06 de novembro – LOGNR.

emergência de proteção e socorro, incluindo a inspeção judiciária em meio aquático e subaquático<sup>12</sup>».

Além das atribuições que foram transmitidas pelo GIPS, adquiriu a capacidade de: «realizar ações de gestão de combustível rural, incluindo queimas e queimadas, de gestão de fogos rurais e de proteção contra incêndios rurais» e de «realizar ações de supressão de fogo, em ataque inicial e ampliado», pelo que em termos territoriais, a sua missão e as atribuições da UEPS, são prosseguidas em todo o território nacional (TN), sem prejuízo da dependência hierárquica e funcional no quadro da Guarda<sup>13</sup>.

Apesar de fortemente vocacionada para competências de Emergência, de Proteção e Socorro, prossegue ainda as demais atribuições que lhe forem conferidas por lei<sup>14</sup>, desenvolvendo simultaneamente a missão geral da Guarda, enquanto órgão de polícia criminal (OPC), e específica enquanto APC, reafirmando o seu caráter multidisciplinar e flexível, permitindo que os seus militares, num mesmo teatro de operações (TO), executem ambas as competências de acordo com a necessidade<sup>15</sup>.

Ainda no contexto das suas atribuições, a UEPS adquire a responsabilidade de «aprontar e projetar forças em missões internacionais de gestão civil de crises no âmbito da proteção civil<sup>16</sup>» que, para além de passar a ocupar um destaque na estrutura da Guarda, abre um leque de oportunidades, no que concerne à sua participação na Capacidade Europeia de Resposta a Emergências (CERE), adquirindo um caráter cada vez mais internacional, latente até então.

Atualmente, organicamente, encontra-se estruturalmente dividida em Comando da Unidade, com 8

(oito) Companhias de Intervenção Proteção e Socorro (CIPS), subdivididas em 40 (quarenta) Postos de Intervenção Proteção e Socorro (PIPS), 4 (quatro) Companhias de Ataque Estendido (CATE), subdivida em 8 (oito) pelotões e 1 (uma) Companhia de Intervenção em Proteção e Emergência (CIPE) que agrega o Núcleo de Matérias Perigosas (NMP), Núcleo de Busca e Resgate em estruturas Colapsadas (NBREC), Núcleo Especial de Operações Subaquáticas (NEOS), Postos de Busca e Resgate em Montanha (PBRM) da serra da Estrela e do Gerês e os Postos de Proteção e Socorro (PPS) da Madeira e dos Açores.

### **As Capacidades no âmbito da Emergência, da Proteção e Socorro**

Considerada como uma especialização no seio da GNR, para a prossecução das suas missões com a eficiência e a eficácia exigidas, revela-se necessária a existência de subespecializações no âmbito da Emergência, da Proteção e Socorro.

Neste sentido e de forma a garantir o cumprimento das missões que a UEPS tem atribuídas, em termos de capacidades para além da intervenção no âmbito do Sistema de Gestão Integrado de Fogos Rurais<sup>17</sup> (SGIFR) e intervenção genérica em matérias de Emergência, de Proteção e Socorro, dispõe, atualmente, de uma reserva operacional nacional que agrega as subespecialidades de Busca e Resgate de Montanha (BRM), Busca e Resgate em Estruturas Colapsadas (BREC), Matérias Perigosas/Nuclear Radiológico, Biológico e Químico (MP/NRBQ), Operações Subaquáticas (NEOS) e a *Unnamed Aircraft Systems* (UAS).

<sup>12</sup> Art.º 2 do DL n.º 113/2018 de 18 de dezembro.

<sup>13</sup> Art.º 3 e 4 do DL n.º 113/2018 de 18 de dezembro.

<sup>14</sup> Art.º 3 n.º 1 al. f) do DL n.º 113/2018 de 18 de dezembro.

<sup>15</sup> De acordo com a sua competência genérica nos TO pode ainda exercer missões de isolamento de áreas em zonas e períodos críticos, restrição, condicionamento da circulação e abertura de corredores de emergência para as forças de socorro, escolta e segurança de meios dos bombeiros no TO ou em deslocação para operações e apoio à evacuação de populações em perigo (DON n.º 2 DECIR 2022, p.70).

<sup>16</sup> Art.º 3 n.º 2 do DL n.º 113/2018 de 18 de dezembro.

<sup>17</sup> Decreto-Lei n.º 82/2021 de 13 de outubro de 2021.

### Combate a Incêndios Rurais (CIR)

O emprego de meios aéreos na luta contra os incêndios rurais/florestais em Portugal remonta a 1970, à data utilizados apenas em ações de reconhecimento aéreo em apoio ao combate, sendo que, em 1980, iniciou-se a utilização de aeronaves em ações de combate direto, através do lançamento de água, produtos retardantes e através do transporte de equipas helitransportadas, guarnecidas com operacionais dos Bombeiros Voluntários<sup>18</sup>.

Em 2005, após 2 anos catastróficos (2003 e 2005) no que aos incêndios florestais/rurais diz respeito, o governo português decretou uma série de medidas, visando, entre outras coisas, uma maior capacidade operacional, com a criação no seio da Guarda Nacional Republicana (GNR), de um corpo profissional de proteção civil, à data denominado Grupo de Intervenção de Proteção e Socorro (GIPS), atualmente transformado em Unidade de Emergência de Proteção e Socorro (UEPS).

A capacidade de combate a incêndios rurais (CIR) está assente na intervenção helitransportada e terrestre, em ataque inicial e ampliado nos incêndios rurais.

A intervenção em equipas helitransportadas compreende o Ataque Inicial (ATI) a incêndios nascentes, fazendo-se deslocar de helicóptero (ligeiro ou médio) para ao Teatro de Operações (TO), após o despacho do Comando Sub-Regional de Emergência e Proteção Civil (CSREPC), o qual não deve exceder dois minutos, após conhecida a localização do incêndio.

Esta Equipa Helitransportada de ATI (EHATI), ou secção para o caso de meio aéreo médio, é constituída por cinco ou oito militares respetivamente, com a missão específica de intervenção imediata em incêndios rurais, com o auxílio de ferramentas manuais e liderada por um chefe de equipa, que faz o seu trabalho em terra, recebendo apoio aéreo, através das descar-



Fotografia 9- Militar de uma equipa helitransportada no combate a um incêndio rural. Fonte: UEPS/GNR.

gas de água e/ou espumíferos, sendo durante toda a operação, a equipa/secção e o meio aéreo, elementos indissociáveis.

É através desta equipa/secção que é estabelecida a ligação terra-ar, ou seja, entre o comandante das Operações de Socorro (COS) do incêndio e o piloto comandante do meio aéreo.

Por sua vez, o ataque estendido ou ampliado consiste numa intervenção reforçada em recursos materiais e em competências técnicas, em situação de incêndio que não tenha sido considerado dominado até 90 minutos desde o despacho do primeiro meio de ATI, em que a Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC) refere que o início do ataque ampliado (ATA) é garantido «sempre que atingidos os primeiros 90 minutos de intervenção desde o despacho do primeiro meio de ataque inicial (ATI), e o incêndio não tenha sido dado ainda como dominado (em resolução)». Este processo de combate implica a setorização, o eventual reforço com peritos e possibilidade de empenhamento diferenciado de meios para contenção da evolução perimetral do incêndio em meio rural, e para proteção pontual de infraestruturas expostas ao incêndio.

A UEPS, com a sua capacidade de ATA, pode intervir em qualquer parte do território nacional, perante

<sup>18</sup> Manual Operacional - Emprego de Meios Aéreos em Operações de Proteção Civil – ANPC, abril de 2009.

PELA LEI E PELA GREI





Fotografia 10- Militar de uma equipa terrestre no combate a um incêndio rural. Fonte: UEPS/GNR.

incêndios florestais de elevada complexidade e de grandes dimensões, onde possam estar em risco a integridade de pessoas e seus bens, constituindo-se como uma Força de Reserva de âmbito nacional, materializada em 4 (quatro) Companhias de Ataque Estendido (CATE).

#### **Busca e Resgate em Estruturas Colapsadas (BREC)**

Através da capacidade de BREC, a UEPS está afeta de intervir após a ocorrência de derrocadas ou deslizamento de terras graves ou severas, sismos ou tsunâmis com escoramento urbano e escoramento em valas; na abertura de acessos; na busca e deteção em espaços confinados; no resgate em escombros; na movimentação de cargas (elevação ou tração); na perfuração, corte e fragmentação de materiais de



Fotografia 11- Equipa de Busca e Resgate em Estruturas Colapsadas. Fonte: UEPS/GNR.

qualquer índole; na extinção de focos de incêndio; na iluminação do TO; na autonomia energética, através de geradores de grande capacidade, na deteção de gases e sistema de comunicações intrinsecamente seguras que permitem operar em áreas explosivas e fornecimento de bens essenciais à população afetada. A capacidade de BREC assume esta designação do termo internacional *Urban Search And Rescue* (USAR). Neste contexto, a subespecialidade atua em cenários de catástrofe, nomeadamente na busca e localização de vítimas, quer através da busca primária, quer posteriormente com recurso a câmaras de busca e equipamentos de escuta e vibrações nas suas vertentes técnicas. Posteriormente, depois de localizadas as vítimas, poder-se-á recorrer, nas situações em que se verifique ser necessário, às técnicas de escoramentos de emergência (utilizando madeira ou Parathec) nas estruturas em risco de colapso para resgate das vítimas.

Por ser um trabalho que decorre maioritariamente em estruturas colapsadas, poderá existir a necessidade de efetuar trabalho em espaços confinados ou mesmo proceder à construção de túneis de acesso (tunelamento) para se aceder a possíveis vítimas soterradas.

Para além da sua missão específica, o USAR/BREC pode ainda, tendo em conta as suas capacidades, adaptar-se no todo ou em parte e dependendo das necessidades, intervir em missões mais diferenciadas de proteção e socorro, nomeadamente em acidentes rodoviários complexos, envolvendo veículos pesados de transporte de passageiros e/ou mercadorias (estabilização, desencarceramento, movimentação de cargas e criação de acessos e remoção de vítimas); acidentes ferroviários (estabilização, desencarceramento, movimentação de cargas e criação de acessos e remoção de vítimas); acidentes aéreos; (estabilização, desencarceramento, criação de acessos e

## PELA LEI E PELA GREI

remoção de vítimas); colapso de valas ou escavações, estabilização, criação de acessos, remoção seletiva de escombros e remoção de vítimas soterradas e cheias e inundações, nomeadamente, naquelas em que exista ou se preveja a necessidade de intervir em águas superficiais ou águas rápidas (resgate e evacuação de vítimas isoladas ou arrastadas pela corrente).

De forma a atuar em cenários tão distintos como enunciado anteriormente, é necessária formação adequada.

Assim, esta capacidade que teve a sua génese em 2007, tem vindo, desde então, a desenvolver-se tecnicamente através de várias formações externas.

### **Busca e Resgate em Montanha (BRM)**

A capacidade de BRM é dotada de meios materiais, recursos humanos com uma formação específica e acentuada experiência na área, possui capacidades para efetuar segurança e policiamento em altitude; segurança e apoio a eventos relacionados com atividades de turismo de natureza; busca de desaparecidos em locais hostis; salvamento e resgate em montanha e em locais de difícil acesso, nomeadamente em rios (*canyoning*), grutas, poços, falésias e fendas; salvamento e resgate em espaços urbanos e estruturas (torres de vigia, torres eólicas e torres de telecomunicações).

Os ambientes de montanha, sobretudo o Parque Natural da Serra da Estrela, o Parque Nacional Peneda Gerês e a Madeira, pelas suas características, têm vindo, ao longo dos anos, a sofrer uma considerável implementação e consolidação de um número crescente de infraestruturas turísticas e, concomitantemente, o desenvolvimento de inúmeras atividades ligadas ao desporto de natureza e ao lazer ativo, situações estas que têm levado a um aumento considerável do número de turistas nacionais e estrangeiros, desportistas e diversas empresas que aproveitam este ambiente

para constituir a sua fonte de rendimento. Aliado a todos estes fatores, conjugando as adversas condições meteorológicas invernais que se fazem sentir na montanha, essencialmente na serra da Estrela, tornou-se cada vez mais premente garantir a segurança, a proteção e socorro dos cidadãos.

Desta forma, o decorrer dos tempos levou à criação e conseqüente evolução da especialidade de BRM.

Inicialmente, na serra da Estrela, perante o elevado fluxo de pessoas e de veículos, principalmente no inverno, e de forma a melhorar a qualidade de serviço público prestado, a GNR constituiu, desde 2003, um efetivo especializado para operar em situações adversas e dotado dos necessários meios de intervenção, através da implementação de um Posto de Montanha, guarnecido por uma força de segurança tecnicamente habilitada na área de BRM.

Este dispositivo, pelas necessidades que o tipo específico de serviço exige e pela eficiência obtida, acabou por evoluir e desenvolver-se, dando lugar, inicialmente, ao Grupo Especial de Montanha que em 2003 guarnecia o Posto de Montanha do Destacamento Territorial da Covilhã, com a constituição aproximada de 12 militares, reforçados de forma eventual por militares de outros Postos, durante o inverno.

Este grupo, então criado na dependência operacional da extinta Brigada Territorial n.º 5, encontrou-se na dependência técnica das Operações Especiais do à data Regimento de Infantaria, que assumia a responsabilidade formativa e técnica deste efetivo.

Este grupo evoluiu até à criação de um Pelotão de Busca e Resgate em Montanha, composto por um efetivo de 22 militares.

Em 2009, dá-se a integração do mesmo no GIPS, criando-se paralelamente a Base Tática de Busca e Resgate em Montanha da Serra da Estrela, passando a estar na dependência do Comando do GIPS.

Atualmente, a capacidade de BRM tem por missão



Fotografia 12 - Militar da capacidade de Busca e Resgate em Montanha. Fonte: UEPS/GNR.



Fotografia 13 - Militar do Posto de Busca e Resgate de Montanha da serra da Estrela. Fonte: UEPS/GNR.

garantir o policiamento, a segurança, a ordem pública, o ordenamento e disciplina do trânsito, a proteção de pessoas e bens e o socorro em toda a área do maciço central da serra da Estrela.

Mais recentemente foram criados o Posto de Busca e Resgate em Montanha do Parque Nacional da Peneda do Gerês e o Posto de Proteção e Socorro da Madeira<sup>19</sup>.

### **Matérias Perigosas (MP)**

Desde a criação do GIPS, em 2006, sempre houve uma preocupação evidente em conseguir abranger o máximo de vertentes, no âmbito da atividade inerente à segurança e proteção das populações.

Desta preocupação surge a necessidade de criar esta capacidade que iniciou a sua atividade operacional em 1 de novembro de 2011, com a aquisição de equipamentos e formação adequada de militares. Dada a necessidade de formação diferenciada, foram adquiridos conhecimentos e formação de diversas entidades que já detinham experiência nesta

área, designadamente: o Regimento de Sapadores de Lisboa - no que toca a incidentes industriais com todos os agentes químicos e todas as suas formas de transporte; a Escola Prática de Engenharia do Exército em Tancos, contribuindo com o seu conhecimento na parte de todos os agentes Nucleares, Biológicos, Radiológicos e Químicos de guerra; formação de Conselheiros de Segurança na área das Matérias Perigosas e a Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC) na formação e intervenção Nuclear e Radiológica civil.

Embora seja uma área de atuação de conteúdos muito específicos, torna a atuação da GNR multidisciplinar, por envolver a capacidade de intervir em caso de catástrofes, envolvendo matérias perigosas e a capacidade de fiscalização do transporte das matérias perigosas, na qualidade de agente de autoridade altamente especializado.

Até à data, nenhuma força em Portugal possuía esta capacidade de intervir ao mesmo tempo em *security* e em *safety*, nesta matéria.

<sup>19</sup> Implementação da capacidade de Proteção e Socorro da Madeira ocorreu em 2015.



Fotografia 14 - Equipa de matérias perigosas numa descontaminação no âmbito da pandemia COVID-19. Fonte: UEPS/GNR.

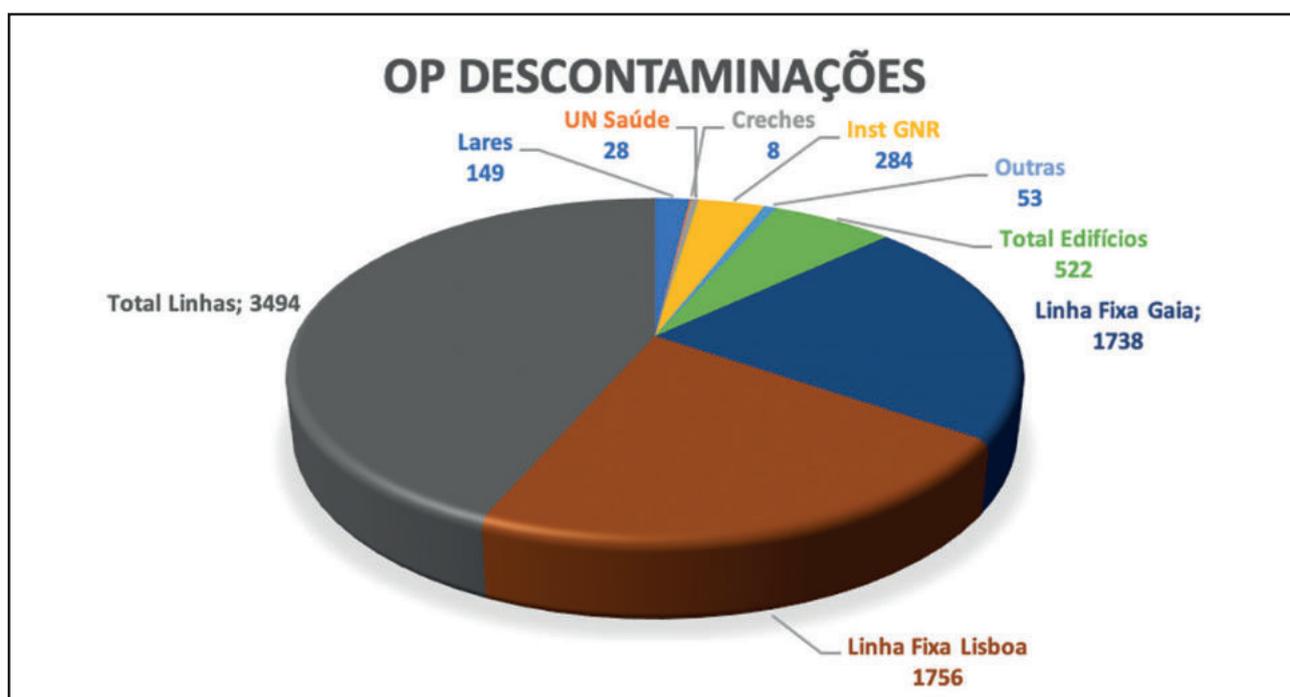
Através da especialidade de MP/NRBQ, a UEPS tem capacidade de deteção e amostragem radiológica, biológica e química; busca e salvamento em ambiente NRBQ; laboratório de campanha para análises radiológicas e químicas; selagem e vedação de fugas em ambiente NRBQ; capacidade de plena proteção individual; contenção de derrames de qualquer espécie; trasfega de produtos e matérias perigosas; recolha e transporte de substâncias biológicas e químicas;

descontaminação individual, coletiva e improvisada e ainda, deteção, análise, identificação e recolha de matérias perigosas.

A pandemia causada pelo coronavírus foi um teste à operacionalidade da capacidade que a UEPS tem neste âmbito, desenvolvendo ações de descontaminação em todo o território continental.

Isto foi feito através da implementação de linhas fixas de descontaminação de ambulâncias (em Lisboa e Gaia) e ainda através da constituição de três equipas móveis (em Lisboa, Braga e Coimbra), das Companhias de Intervenção em Proteção e Socorro (CIPS) e Companhias de Ataque Estendido (CATE), que efetuaram descontaminações em hospitais, centros de saúde, lares, entre outros.

Desenvolveu-se esta missão, durante todo o período pandémico que nos assolou, através de equipas especializadas, de um conjunto de ações de descontaminação, sensibilização, palestras e assessoria técnica a nível nacional, apoiando primariamente a



Fotografia 15 - Operações de Descontaminação no âmbito do COVID-19 entre 2020 e 2023. Fonte: UEPS/GNR.

PELA LEI PELA GREI

**GNR**

02-G.N.R

estrutura interna da GNR e subsidiariamente outras organizações.

Isto contribuiu para prevenir a doença, conter a pandemia e para o sentimento de segurança da população, assegurando o regular funcionamento das diversas instituições.

### Operações Subaquáticas (NEOS)

O Núcleo Especial de Operações Subaquáticas (NEOS) tem competências para busca e resgate subaquático em rios, barragens e mar; inspeção judiciária subaquática procedendo à preservação dos meios de prova, assim como à sua recolha; recolha de amostras de água contaminada/poluída; reflutuação de objetos; proteção e segurança aquática/subaquática (eventos desportivos); resgate helitransportado; mergulho com fato seco/semi-seco/húmido até 50 metros; mergulho umbilical e em águas contaminadas; comunica-



Fotografia 16 - Militar do Núcleo Especial de Operações Subaquáticas. Fonte: UEPS/GNR.

ções subaquáticas; sonar de varrimento lateral e por fim, navegação em mar.

Desta forma, o NEOS tem por missão efetuar fiscalização do mergulho amador, buscas e resgates, reflutuação de objetos, proteção/segurança e inspeção judiciária subaquática, estando capacitada e equipada para atuar nas variadas áreas subaquáticas, tais como rios, barragens e mar, bem como em meios subaquáticos poluídos e/ou contaminados.

Até ao seu surgimento, havia uma lacuna grave no panorama da investigação criminal em meio líquido a nível nacional, uma vez que não existia nenhuma força com formação policial para executar investigação judiciária subaquática, lacuna essa suprida pela criação e formação desta subespecialidade no seio do GIPS.

O NEOS foi oficialmente apresentado em 18 de junho de 2008, na barragem de Castelo de Bode, então com a denominação de UEOS (Unidade Especial de Operações Subaquáticas), com os primeiros oito mergulhadores e com a presença de órgãos de comunicação social.

Nesse ano, o NEOS teve a sua formação inicial na Marinha de Guerra Portuguesa, através da Esquadilha de Submarinos, com vários módulos do curso de mergulhador profissional de 3.ª e 2.ª Classes.

De seguida e através de uma cooperação com a Guarda Civil espanhola, os mergulhadores da GNR frequentaram durante um mês, no Grupo Especial de Atividades Subaquáticas (GEAS), um curso intensivo de mergulho em que adquiriram várias competências policiais, incluindo a inspeção judiciária subaquática.

Em complementaridade, foram frequentados ao longo dos anos, vários cursos de mergulho amador, de forma a enriquecer os conhecimentos e procedimentos de mergulho.

Depois de adquiridas várias competências e doutrinas diferentes, o NEOS compôs e submeteu para aprovação o Regulamento do Curso de Mergulho da GNR,



Fotografia 17 - Militar do NEOS num treino operacional. Fonte: UEPS/GNR.

com vista à formação interna dos mergulhadores para preenchimento dos seus quadros.

Com a aprovação do seu regulamento, realizou-se em 2009, o primeiro curso de mergulho da GNR com o apoio de formadores da Guarda Civil espanhola, tendo terminado com sucesso unicamente um militar.

Com o aumento das solicitações operacionais em 2011, o NEOS teve necessidade de realizar outro curso em que, de dezenas de candidatos, conseguiram terminar com sucesso dez militares.

Este curso tem uma duração de cerca de três meses e uma carga horária média de 580 horas, que varia consoante as diferentes categorias profissionais.

Desde a sua apresentação, o NEOS foi solicitado inúmeras vezes por variadíssimas entidades internas e externas, das quais se salientam os Comandos Territoriais; a Unidade de Controlo Costeiro (UCC) e a Divisão

de Investigação Criminal (DIC), a Polícia Judiciária; a Polícia Judiciária Militar (PJM); o Departamento de Investigação e Ação Penal (DIAP); a Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC); a Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM); a Federação Portuguesa de *Jet ski*; a Empresa de Meios Aéreos e a Academia Militar. A atuação de maior relevo em território nacional ocorreu no teatro de operações de Borba, depois do desmoronamento da pedreira em novembro de 2018, em que há a lamentar cinco mortes. A operação de proteção civil durou 13 dias e exigiu uma grande variedade de meios e atividades, incluindo trabalhos de estabilidade de solos e paredes, resgate em ângulo elevado, pesquisa remota, sinalização, mergulho e resgate em plano de água.

O NEOS tornou-se essencial na deteção das viaturas submersas, através da utilização sonar e mergulho para deteção de viaturas e vítimas submersas, missão na qual se tornaram essenciais, contribuindo para o sucesso da missão atribuída.

### **Unnamed Aircraft Systems (UAS)**

O espetro de atribuições da Guarda não estaria completo sem uma capacidade de Sistemas Aéreos Pilotados Remotamente, também conhecida pela sigla UAS,



Fotografia 18 - Núcleo Especial de Operações Subaquáticas em Borba – 2018. Fonte: UEPS/GNR.



Fotografia 19 - Militar da capacidade UAS. Fonte: UEPS/GNR.

internacionalmente reconhecida como *Unnamed Aircraft Systems* – aeronaves não tripuladas.

A implementação desta capacidade no seio da UEPS remonta ao ano de 2016, quando, em conjunto com a empresa Tekever, o Comando de Doutrina e formação (CDF) formou os primeiros pilotos de aeronaves não tripuladas no 1.º Curso *Remote Piloted Aircraft Systems (RPAS)/GNR*, que decorreu entre os dias 29 de fevereiro e 18 de março de 2016, na outrora Base

de Reserva de Alcaria e Centro de Meios Aéreos de Pombal.

Desta forma, foi possível evoluir e modernizar a GNR, tornando-a mais eficiente nas premissas de busca e deteção de pessoas e objetos, designadamente servindo de apoio simultaneamente a missões de proteção civil e policiais.

Com o rápido crescimento da tecnologia, bem como o aumento de empenhamento da especialidade, os militares dotados do curso deixaram de operar exclusivamente sistemas de asa fixa no dia 10 de setembro de 2018, data em que foram adquiridos oito equipamentos de asa rotativa.

As equipas UAS atuam no espetro da luta contra incêndios florestais, monitorizando os pontos quentes e acompanhando as ações de rescaldo por forma a evitar reacendimentos e a prestar um auxílio ao combate no período noturno, por não operarem em simultâneo com outros meios aéreos; Ações de vigilância e investigação criminal em apoio a outras



Fotografia 20 - Equipa UAS em operações de reconhecimento na Turquia – 2023. Fonte: UEPS/GNR.

## PELA LEI E PELA GREI

valências da GNR, nomeadamente o NIC, SEPNA, UAF, GIOE, entre outros; Ações/operações conjuntas com a Polícia Judiciária e outras polícias nacionais e internacionais; Ações de proteção e socorro de populações em território nacional e internacional, fazendo a busca e deteção de pessoas e objetos, designadamente com recurso à visão térmica ou capacidade de *zoom*; Execução de missões em ambientes NRBQ; Acompanhamento das equipas de mergulho da UEPS. Do empenhamento da UEPS, no âmbito desta capacidade, podemos destacar o abate de gado bovino na localidade do Crato, por ordem da Direção de Veterinária, com *drones* de asa fixa AR4 *Light Ray evolution* da Tekever, em colaboração com o GIOE da GNR; O acompanhamento e auxílio de buscas com recurso a drone de asas rotativas, na tragédia de Borba, com filmagens diárias e monitorização contínua das paredes restantes da pedreira, salvaguardando a segurança dos operacionais que se encontravam no TO e que garantiram que nenhum outro *drone* invadia o espaço interdito e capturava imagens das vítimas para divulgação antes dos comunicados oficiais; Registo e transmissão de imagens dos resgates para as salas de situação e postos de comando, tanto para a monitorização como para a tomada de decisão dos escalões superiores; Ativação para a Força Operacional Conjunta (FOCON) liderada pela Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC), constituindo a resposta do governo português no apoio a Moçambique, aquando da passagem do ciclone IDAI, contribuindo para o mapeamento das áreas principalmente afetadas, de forma a calcular a dimensão dos estragos, definir os apoios a ceder a cada família e redefinir o plano urbanístico municipal, prevenindo futuras construções nas áreas principalmente afetadas; Buscas a desaparecidos; Localização de ninhos de vespa asiática; Providenciar de apoio no espetro judicial às equipas do NIC e Polícia Judiciária; Ativação para ma-

peamentos de áreas para os mais diversos fins, com destaque para o mapeamento do incêndio de Vila de Rei que queimou mais de 10.000 hectares; Participação ativa no desenvolvimento de um novo *drone* terrestre para implementação nas equipas de BREC, desenvolvido pelo Instituto Superior Técnico de Lisboa, solicitado pela Universidade, e ainda na realização de um estudo de caso com a Universidade da Beira Interior, recriando cenários de busca de desaparecidos em ambiente de montanha, implementando a busca com meios UAS, dignificando assim o bom nome e as relações interinstitucionais.

### Formação

A formação é um dos pilares fundamentais da Guarda Nacional Republicana (GNR), sendo essencial garantir e fornecer aos seus militares um conjunto abrangente de competências e conhecimentos que lhes permitam superar os desafios complexos que enfrentam no seu dia-a-dia.

Atualmente, perante o elevado ritmo de transformação nos domínios científico e tecnológico, a maior parte dos processos de mudança nas organizações envolve direta ou indiretamente intervenções focalizadas na formação dos seus recursos humanos, revelador da importância crucial que o conhecimento e a qualificação têm.



Fotografia 21 - 2.º Curso de Primeira Intervenção em Proteção e Socorro (CPIPS). Fonte: UEPS/GNR.



Fotografia 22 - 10.º Curso de Primeira Intervenção em Proteção e Socorro (CPIPS). Fonte: UEPS/GNR.

O Modelo Sistémico de Formação da Guarda Nacional Republicana integra num ciclo interativo as suas diversas fases e está em linha com o do Catálogo Nacional de Qualificações, baseado em competências direcionadas para os resultados da aprendizagem, de estrutura modular de qualificação e certificação autónoma capitalizável.

A valorização dos militares da Guarda, por via da formação, permite implementar as mudanças capazes de assegurar em permanência, o cumprimento da Missão Geral da Guarda e a visão estratégica do Exmo. general comandante-geral, patente na Estratégia da Guarda 2025, como «uma Força de Segurança de referência, valorizada interna e externamente, e reconhecida pela excelência dos serviços que presta, baseados numa Guarda moderna e cada vez mais humana, próxima e de confiança».

Este desiderato apenas é alcançável através da implementação de um processo de mudança interna, alicerçado numa base formativa sólida, assente no paradigma da formação baseada em competências, de forma a otimizar a transmissão do conhecimento e as competências adquiridas, para uma gestão eficaz dos recursos, através do reconhecimento, certificação e validação da formação.

A formação na GNR é um processo contínuo que co-

meça no recrutamento e continua ao longo de toda a carreira dos seus militares.

Nesta senda, a UEPS é uma Unidade onde reconhecidamente uma das suas capacidades diferenciadoras é os recursos humanos que tem à sua disposição.

A grande capacidade física e psicológica do seu efetivo, associado a uma estrutura hierárquica disciplinada, com uma linha orientada e doutrina bem definida, facilita a manutenção das suas competências, quer no domínio físico, mental, técnico e operacional, bastando para isso seguir um plano de formação contínuo, instituído nos diversos níveis hierárquicos e numa constante atualização e melhoria de conhecimentos, complementado com a frequência de diversos cursos/formações (externas e internas) nas mais diversas áreas.

Através de uma formação contínua e abrangente, a UEPS está empenhada em garantir e promover a capacitação dos militares envolvidos na proteção e socorro, bem como melhorar a eficiência e efetividade das intervenções em situações de emergência, transmitindo as competências e conhecimentos necessários para cumprir as missões que lhes são atribuídas com excelência.

Para isso, a Secção de Formação e Treino (SFT) da UEPS tem vindo a desenvolver, desde 2020, para

## PELA LEI E PELA GREI

além os cursos de especialização e subespecialização das capacidades que lhe estão adstritas, um plano de Implementação de Formação Contínua de Aperfeiçoamento e Atualização (FCAA),<sup>20</sup> para melhorar as competências funcionais dos militares.

A FCAA tem como objetivo criar bases e começar a

res altamente capacitados, como o Curso de Piloto Remoto de Aeronave não Tripulada (CPRANT), que dotará os militares com as competências necessárias para operar aeronaves não tripuladas; o Curso de Extinção de Incêndios Rurais - Iniciação, que fornecerá a formação para combater incêndios em áreas ru-



Fotografia 23 - Sistema de Formação implementado na UEPS.

alicerçar ao nível das subunidades, um registo, bem como a necessidade de atualização e aperfeiçoamento da formação, assim como detetar as necessidades formativas gerais e locais, e dessa forma incrementar a supervisão na formação ministrada, garantindo as condições e padrões de qualidade necessários à preparação da força.

Em 2022, foram ministradas 25 formações internas com a participação de 451 formandos e 26 formações externas, com a participação de 1179 formandos.

Em 2023, a UEPS, como entidade formadora, oferecerá uma série de cursos para a formação de milita-

rais e florestais; o Curso de Emergência de Proteção e Socorro para Guardas, que abordará as técnicas de proteção e socorro em situações de emergência; o Curso de Emergência de Proteção e Socorro para Oficiais e Sargentos, que aprimorará as habilidades de liderança e tomada de decisão em situações críticas; o Curso de Chefe de Equipa Helitrasportada, que preparará os militares para liderar equipas/secções helitrasportadas de ataque inicial; o Curso de Tripulante de Equipa Helitrasportada, que instruirá habilidades essenciais para trabalhar em equipas/secções helitrasportadas de ataque inicial; o Curso de Busca e Resgate em Montanha para Sargentos e Guardas;

o Curso de Busca e Resgate em Estruturas Colapsadas para Sargentos e Guardas; o Curso de Matérias Perigosas NRBQ – Nível I; e o Curso de Mergulho da GNR para Guardas, para ingresso nas respetivas subespecializações.

Com estes cursos, a UEPS está comprometida em fornecer formação de qualidade para os seus militares, sendo fundamental para o garante da segurança e bem-estar da população em situações de catástrofe e/ou acidentes graves, assente numa estrutura sólida, em que o Curso de Emergência em Proteção e Socorro (CEPS) é a base que permite ao militar adquirir as competências necessárias para o desempenho das suas funções na estrutura da Unidade, sendo esta reconhecida como entidade formadora do Sistema Nacional de Qualificações (SNQ)<sup>21</sup>.

Insertas na formação base do militar da UEPS, são ministradas Unidades de Formação de Curta Duração (UFCD) nas mais variadas áreas, ampliando a proficiência dos seus operacionais com impacto direto no desempenho das capacidades da Unidade, levando a uma multidisciplinaridade da sua atuação a todo o território nacional.



Fotografia 24 - Unidade de Formação de Curta Duração (UFCD) de Socorrismo em operações de emergência de proteção e socorro, ministrada pelo INEM, no 1.º CEPS.

### **Interoperabilidade com os demais Agentes de Proteção Civil em Portugal**

A UEPS articula-se operacionalmente no comando único do Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro (SIOPS), aprovado no passado dia 30 de dezembro de 2022 e alicerçado no reconhecimento do trabalho desenvolvido, na pró-atividade, nas múltiplas valências e na experiência adquirida. A Guarda Nacional Republicana, em particular através da Unidade de Emergência de Proteção e Socorro, encontra-se ativamente empenhada em pautar a sua atuação sob a prerrogativa de «níveis de desempenho excelentes no exercício de competências técnicas específicas, assumindo uma importância de caráter nacional na garantia da proteção e socorro dos cidadãos», em articulação e cooperação com os demais Agentes de Proteção Civil e entidades com dever de cooperação. A interoperabilidade dos Agentes de Proteção Civil é um tema crucial em Portugal e em todo o mundo, tornando-se fundamental a capacidade de se comunicarem e coordenarem entre si para garantir uma resposta eficaz em situações de emergência, proteção e socorro.

A UEPS tem trabalhado arduamente na criação e manutenção de relações sólidas com entidades externas e Agentes de Proteção Civil que têm sido basilares para garantir a segurança, a proteção e socorro das pessoas e dos seus bens, abrangendo processos na dimensão *Security* e concomitantemente na dimensão *Safety*, no que à Emergência, Proteção e Socorro diz respeito.

A UEPS tem celebrado protocolos/parcerias com diversas entidades, nomeadamente com o Centro de Estudos sobre Incêndios Florestais/Associação para o Desenvolvimento da Aerodinâmica Industrial (CEIF/ADAI), com o intuito de cooperação em proje-

<sup>21</sup> Art.º 4.º da Portaria n.º 851/2010, de 6 de setembro, conjugado com o Art.º 45.º da Lei n.º 63/2007, de 6 de novembro.

## PELA LEI E PELA GREI



Fotografia 25 - Visita ao Comando UEPS dos representantes de algumas das entidades com protocolo/parceria com a UEPS. Em cima, à esquerda: Sr.º capitão Reinaldo Rodrigues, presidente da Proteção Civil e Corpo de Bombeiros de Cabo Verde (à data); Ao centro, à esquerda, comandante da Companhia de Bombeiros Sapadores de Setúbal; Em baixo, à esquerda: diretor executivo da AFOCELCA Dr.º Sérgio Gomes; Em baixo, ao centro, Professor Abílio Pacheco; à direita, em baixo, Engenheiro Emanuel Oliveira; Em cima, à direita, comandante do Regimento de Sapadores Bombeiros de Lisboa.

tos, desenvolvimento tecnológico e científico, relações e cooperação nacional e internacional; utilização de recursos humanos, instalações e equipamentos, de acordo com regras próprias a estabelecer em cada caso; organização de demonstrações práticas, ações de formação, seminários e eventos ou *workshops* conjuntos.

Além disso, a UEPS estabeleceu parcerias com o Regimento de Sapadores Bombeiros de Lisboa (RSBL), no âmbito da formação, apoio e assessoria técnica, desenvolvimento tecnológico e científico, e relações e cooperação nacional e internacional, e com o Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM), no âmbito da formação, apoio, assessoria técnica e clínica, desenvolvimento tecnológico e científico, relações e

cooperação internacional e psicologia clínica. Estão em desenvolvimento protocolos/parcerias com a AFOCELCA, Professor Abílio Pacheco (INESC TEC e FORESTWISE), com o Engenheiro Manuel Oliveira (OTI e Especialista em IR), com o Batalhão de Sapadores do Porto (BSP), Companhia de Bombeiros Sapadores de Setúbal (CBSS) e com o Serviço Nacional de Proteção Civil e Bombeiros de Cabo Verde.

Uma prova dada da cooperação da UEPS com os demais agentes da proteção civil remonta-se ao exercício de Busca e Resgate em estruturas colapsadas, no âmbito do Mecanismo de Proteção Civil da União Europeia, realizado em 2022, em que participaram cerca de 600 operacionais, envolvendo forças oriundas de Espanha, Alemanha, Estónia, representações da Comissão Europeia e da Organização das Nações Unidas, em que o sucesso deste exercício para Portugal se deveu também ao inextinguível apoio da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, do Regimento de Sapadores Bombeiros de Lisboa, do Instituto Nacional de Emergência Médica, entre outras entidades.

### Protocolo de Cooperação Bilateral

Em 09 de março de 1992, foi firmado, entre a República Portuguesa e o Reino de Espanha, um protocolo sobre Cooperação Técnica e Assistência Mútua em Matéria de Proteção Civil,<sup>22</sup> com o intuito de fortalecerem as tradicionais relações de amizade<sup>23</sup> entre as duas nações, considerando de interesse comum o estímulo e o desenvolvimento da investigação científica e técnica, bem como a assistência mútua, incluindo o envio urgente de socorro, em caso de acidente grave, catástrofe ou calamidade, convencidos que esta estreita cooperação contribua para um melhor aproveitamento dos recursos dos dois países.

<sup>22</sup> Decreto-lei n.º 49/92 de 18 de dezembro.

<sup>23</sup> Tratado de Amizade e Cooperação de 22 de novembro de 1977.



Fotografia 26 - Recorte de Imprensa espanhola (Jornal local da Galiza) - Força do GIPS no combate aos incêndios em Ourense – Espanha.

### Combate aos Incêndios Florestais na Galiza (Espanha 2006)

O combate aos incêndios florestais que fustigaram o norte de Espanha em agosto de 2006, na Galiza, marcou o momento da primeira internacionalização do GIPS.

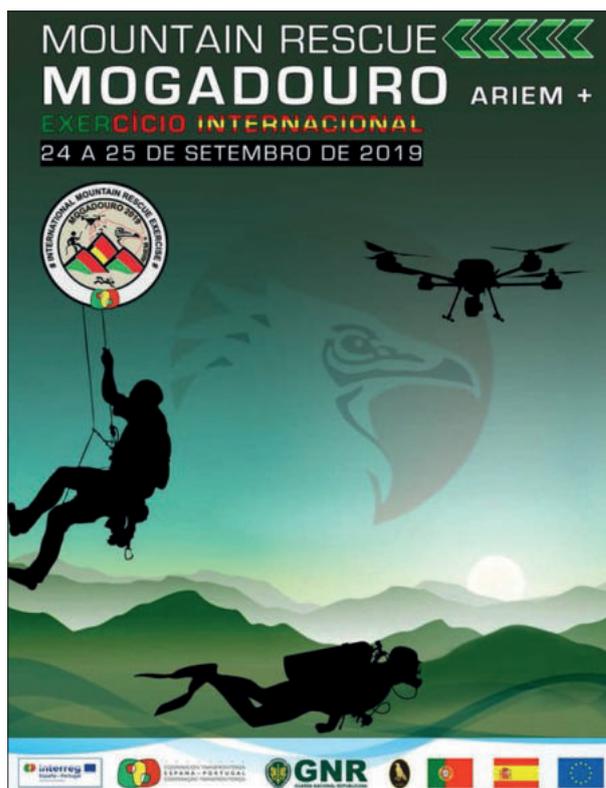
Para o efeito, foi constituída uma força de escalão pelotão com 30 militares que, juntamente com seis viaturas ligeiras de combate a incêndio, integraram a Força Nacional Conjunta que o governo português disponibilizou para apoiar o governo autónomo da Galiza, através do protocolo de Cooperação Bilateral, em termos de Proteção Civil.

A força portuguesa atuou no combate aos incêndios em Ourense, Vigo, La Guardia e Mazaro, sendo desmobilizada pelas autoridades espanholas apenas quando a situação caótica terminou.

A atuação da força projetada assumiu particular relevância, porquanto, além das difíceis e perigosas condições que enfrentaram, foi também uma excelente «prova de fogo», dada a necessidade de afirmação perante os restantes parceiros, pela qualidade de desempenho, uma vez que foi nesse ano que foi criado e estabelecido o GIPS no seio do Sistema Nacional de Combate a Incêndios, em Portugal.

### Mountain Rescue Mogadouro 2019 – ARIEM +

O evento «Mountain Rescue Mogadouro 2019 – ARIEM +» realizou-se nos dias 24 e 25 de setembro de 2019, no município de Mogadouro, um exercício de resgate em montanha, nas Arribas do Douro.



Fotografia 27 - Cartaz de Promoção do Exercício Mountain Rescue Mogadouro 2019.

A sua realização na modalidade LIVEX inseriu-se no âmbito do projeto ARIEM +, cujo fundamento visa desenvolver a cooperação bilateral entre Portugal e Espanha de resposta transfronteiriça a catástrofes.

A organização do evento coube à GNR, sob a responsabilidade da UI/GIPS, com o apoio de outras Unidades da Guarda, particularmente na vertente operacional e com a cedência de meios para a consecução dos objetivos a alcançar no exercício.

Assim, estiveram envolvidas diferentes forças de diversas entidades, designadamente: UI/GIPS (Busca e Resgate em Montanha (BRM), Primeira Intervenção em Busca e Resgate (PIBR), Unidade Especial de Operações Subaquáticas (UEOS), *Un-named Aircraft Systems* (UAS), Posto de Comando Móvel), CT Bragança (SEPNA e PT Mogadouro), CT Viana do Castelo (SEPNA), Bombeiros Voluntários de Viana do Castelo, Bombeiros Voluntários de Mogadouro, por Portugal; a Unidade Militar de Emergências (UME), a Guarda Civil (GC – Serviço de Montanha) e os Bombeiros Voluntários de Lumbrales, por Espanha;

Em termos operacionais e na organização do evento, estiveram envolvidos 110 elementos, dos quais 80 destinaram-se à componente operacional e os restantes 30 à organizativa, destacando-se os 69 elementos que o GIPS empenhou. Para além das equipas multidisciplinares de Busca e Resgate da GNR, evidenciou-se a participação de uma equipa da Unidade Militar de Emergências (UME) com nove elementos e uma equipa da Guarda Civil (GC) com outros nove elementos. Associado aos números de participantes referidos anteriormente, releva-se ainda a participação de 20 elementos das

diversas entidades, na qualidade de observadores ou convidados VIP.

A realização deste exercício testou a resposta operacional dos meios que integram o Projeto de Assistência Recíproca Inter-regional em Emergências e Riscos Transfronteiriços (ARIEM +), de forma exigente e complexa, num quadro de incidente em montanha, proporcionando uma oportunidade de treino às diferentes entidades e valências com responsabilidades nesta área. Promoveu a aquisição de experiência de coordenação e cooperação, quando ativado o mecanismo de cooperação transfronteiriça;

### **Projeção Internacional da UEPS no âmbito da Proteção Civil**

Em outubro de 2001, a Comissão Europeia criou o Mecanismo de Proteção Civil da União Europeia (MPCUE), visando reforçar a cooperação entre os países da União Europeia (UE) e oito Estados participantes<sup>24</sup> em matéria de proteção civil, a fim de melhorar a prevenção, a preparação e a resposta a catástrofes.

Quando uma emergência sobrecarrega as capacidades de resposta de um país da Europa e não só, pode solicitar assistência através do Mecanismo. A Comissão desempenha um papel fundamental na coordenação da resposta a catástrofes a nível mundial, contribuindo para, pelo menos, 75% dos custos de transporte e/ou operacionais dos destacamentos. O MPCUE coordena a resposta a catástrofes naturais e de origem humana a nível da União Europeia (UE), tendo um triplo objetivo, a saber: promover a cooperação entre as autoridades nacionais de proteção civil; aumentar a sensibilização do público e a sua prepa-

<sup>24</sup> Albânia, Bósnia e Herzegovina, Islândia, Montenegro, Macedónia do Norte, Noruega, Sérvia e Turquia.

ração para situações de catástrofe; permitir uma assistência rápida, eficaz e coordenada às populações afetadas.

### **Module Exercises no âmbito do Mecanismo Europeu de Proteção Civil**

Os *Module Exercises* (MODEX) são organizados no âmbito do MPCUE e têm como objetivo colocar à prova os vários Módulos de Proteção Civil inscritos no Mecanismo e que constituem a designada *European Emergency Response Capacity* ou *Voluntary Pool*.

Estes exercícios visam especificamente preparar os módulos para intervir em cenários de catástrofe em todo o mundo, dando-se ênfase à certificação da capacidade dos Módulos e ao treino de interoperabilidade entre os mesmos;

O *European Emergency Coordination Center* (EERC) é o organismo Europeu responsável pela monitorização de toda a atividade de proteção civil europeia e o responsável pela inscrição dos Módulos no MPCUE;



Fotografia 28 - Exercício MODEX realizado em 2019, em Portugal.  
Fonte: UEPS/GNR.

A Guarda Nacional Republicana, através da UEPS, tem inscrito no MPCUE, 5 (cinco) módulos: O Módulo de Combate a Incêndios Florestais sem viaturas (GFFF<sup>25</sup>), o Módulo de Combate a Incêndios Florestais com viaturas (GFFF-V<sup>26</sup>), o Módulo de Amostragem e Detecção (CBRNDET<sup>27</sup>), o Módulo de Busca e Resgate em Estruturas Colapsadas (MUSAR<sup>28</sup>) e o Módulo de busca e Resgate Urbano em condições contaminadas (USAR-CBRN<sup>29</sup>), dos quais já se encontram certificados o GFFF, o GFFF-V e o USARCBRN.

### **EU MODEX USAR**

O MODEX USAR tem como finalidade treinar e certificar módulos MUSAR do MPCUE, envolvendo também uma equipa de peritos da União Europeia (EUCP) e respetiva equipa de apoio (TAST).

A UEPS organizou por 3 (três) ocasiões o exercício, em 2017, 2019 e 2022.

Os exercícios organizados pela UEPS decorreram no Centro de Capacitação e Treino da GNR, no Foguetreiro, que reúne condições únicas de treino, sendo também utilizados outros locais da área metropolitana da cidade de Lisboa e Setúbal, proporcionando a todos os participantes uma experiência única e muito próxima da realidade.

Os eventos decorreram com elevado profissionalismo, demonstrando a capacidade e eficiência da GNR perante os agentes de proteção civil nacionais e internacionais.

Estes exercícios possuem como principais objetivos: Oferecer aos módulos do Mecanismo Europeu de Proteção Civil, bem como às equipas e peritos participantes, a oportunidade de testarem a cooperação europeia em ambiente realista, num exercício de

<sup>25</sup> *Ground Forest Firefighting.*

<sup>26</sup> *Ground Forest Firefighting using vehicles.*

<sup>27</sup> *Chemical, Biological, Radiological and Nuclear detection and sampling.*

<sup>28</sup> *Medium Urban Search and Rescue.*

<sup>29</sup> *Search and Rescue in CBRN conditions.*



Fotografia 29 - Exercício MODEX realizado em 2022 em Portugal.  
Fonte: UEPS/GNR.

campo, na modalidade LIVEX; Testar a interoperabilidade entre os módulos; Desenvolver *know-how* de intervenção, através de uma combinação de experiências distintas de resposta a catástrofes; Otimizar a utilização da experiência e de lições aprendidas em exercícios anteriores e missões internacionais; Exercitar a autossuficiência dos módulos, da equipa de peritos e da equipa de apoio e suporte técnico; Testar os módulos sobre os procedimentos a desenvolver na sequência da sua projeção para missão no exterior, em particular à chegada ao país afetado, no centro de receção e partida, no estabelecimento de uma Base de Operações, através do estabelecimento e funcionamento da estrutura de comando e coordenação operacional e manutenção da sua operacionalidade durante o exercício; Testar procedimentos, equipamentos e técnicas de Busca e Resgate Urbano, perante diferentes problemas e tipologia de incidentes; Testar procedimentos de segurança.

A realização destes exercícios constituiu, sem dúvida, uma mais-valia para a GNR, contribuindo para o reforço da preponderância que a Guarda possui nesta área de intervenção, e para transmitir uma imagem de capacidade, eficiência e modernidade que prestigie a Instituição perante os restantes membros, parceiros e observadores, mas também

perante as restantes Entidades nacionais e internacionais envolvidas no evento.

Tendo em conta a importância e complexidade deste exercício internacional, o mesmo contou com o apoio e participação de toda a estrutura da Guarda, uma vez que, considerando o envolvimento de organizações nacionais e internacionais, bem como a complexidade do exercício, as necessidades subjacentes extravasaram as capacidades da UEPS, porém, a UEPS assumiu um papel de destaque na sua organização, garantindo para o efeito o *venue management* do exercício.

Contou ainda com a colaboração de diversas entidades, como as Câmaras Municipais do Barreiro e do Seixal, a ANEPC, o INEM, entre outras.

Participaram no âmbito destes exercícios, Estados-Membros da União Europeia como a Áustria, Estónia, Hungria, Dinamarca, Espanha, Holanda, Roménia, Grécia e Alemanha, e representantes da Comissão Europeia e da Organização das Nações Unidas (ONU).

### EU MODEX GFFF e GFFF-V

A GNR, através da UEPS, tem inscrito e certificado na *Voluntary Pool* da UCPM, desde 02 de junho de 2020, a capacidade GFFF e GFFF-V, sendo que os módulos devem participar em *Field Exercises* (FEx), por forma a ser criada a interoperabilidade entre as equipas pretendida pelo MPCUE, tendo em vista a recertificação que deverá ser efetuada num *Field Exercise* (FEx) até um máximo de 3 anos, após a sua certificação. É de salientar que estes módulos, devido à pandemia gerada pela COVID-19, conseguiram ser certificados sem o respetivo exercício de campo (*Field Exercise* - FEx), que estava marcado para junho de 2020 em Marselha – França, pelo que foi imperativa a sua participação do módulo PT GFFF01 num *Field Exercise* (FEx). A ação principal é um evento dedicado ao trabalho em

ambientes de incêndios rurais severos e que se realizou de 10MAI22 a 13MAI22, em León – Espanha, o que proporcionou que a UEPS seja a única Força Portuguesa certificada neste âmbito.

O objetivo da participação da UEPS neste evento, como foi anteriormente mencionado, visa a participação num *Field Exercise* (FEx) com vista à recertificação do módulo por forma a validar métodos de trabalho que foram planeados no passado e ainda necessitam de validação e reajuste, bem como a manutenção e aumento da experiência internacional destes Módulos, em virtude de os mesmos se encontrarem constantemente em prontidão para serem ativados pelo MPCUE.

O Módulo Operacional de Combate a Incêndios Florestais Terrestres com a utilização de veículos (GFFF-V) é caracterizado como uma força militar especializada na supressão de incêndios florestais a qualquer momento, em qualquer tipo de ambiente operacional e em qualquer tipo de condições climatéricas, garantindo assim a capacidade de ser projetado num período máximo de 6 horas e em regime de operacionalidade contínua de 24 horas por dia, 7 consecutivos dias no Teatro de Operações.

Desta forma, tem a capacidade não apenas de realizar a supressão, usando ferramentas manuais, com

linhas de água ou através do uso de fogo tático de supressão, mas também a capacidade de monitorar e avaliar a meteorologia e as condições e comportamento do incêndio.

Na sua capacidade máxima, a força normalmente integra 50 militares, apoiados por 10 veículos com a capacidade de serem projetados por terra, mar ou ar, e que podem ser adaptados de acordo com as circunstâncias da ativação.

No âmbito das diretrizes emanadas, a sua capacidade é sustentada numa organização e operabilidade independente e permanentemente, cumprindo com os pressupostos da garantia de autossustentação durante um período de 7 dias, estando organizado em uma célula de Comando, Operacional e Logística.

Já o módulo GFFF foi concebido para combater incêndios florestais em qualquer tipo de ambiente operacional, com equipas terrestres especializadas e com capacidade de realizar operações em zonas de difícil acesso, a capacidade de combate com a montagem de linhas extensas de mangueiras da motobomba até ao incêndio, efetuar faixas de contenção com ferramentas manuais, apoiar as operações de máquinas de rasto no combate ao fogo indireto, combate ao fogo direto com ferramentas manuais, integrar equi-



## PELA LEI E PELA GREI

pas helitransportadas ou apoiar nas evacuações das populações em perigo.

Como o PT GFFF não se encontra dependente de nenhum veículo de combate a incêndios rurais, pode apoiar ou auxiliar outro módulo com elementos operacionais nas suas missões num cenário de interoperabilidade, possuindo ainda a capacidade de realizar fogo de supressão tático, caso as circunstâncias o justifiquem.

### **Projeção para Moçambique no âmbito da Proteção Civil e Apoio Humanitário**

O Ciclone Tropical Idai teve a sua formação em 4 de março de 2019 e foi o ciclone tropical mais forte a atingir Moçambique desde 2008, que registou chuvas muito intensas (mais de 200 milímetros de precipitação em 24 horas), graves inundações, ventos muito fortes (180 a 220 km/h) e trovoadas severas, deixando um acentuado rasto de destruição.

A província moçambicana mais afetada foi a de Sofala, tendo-se assistido a uma destruição de quase 80% da infraestrutura económica da cidade da Beira. Ao todo, a extensão da área inundada foi de aproximadamente 10 000 km<sup>2</sup>. Desta catástrofe resultaram centenas de mortos, feridos e milhares de desalojados.

A Guarda projetou uma Força de Proteção e Socorro sob o Comando do GIPS, constituída por 24 elementos, para integrar a Força Operacional Conjunta (FOCON), resposta do governo português nesta missão internacional de Proteção Civil e Ajuda Humanitária, com o objetivo de realizar ações de busca e salvamento de pessoas em risco, protegendo-as e prestando apoio humanitário a toda a população afetada.

Coordenada pela ANEPC, a FOCON foi enviada para Moçambique desde 21 de março a 10 de abril de 2019, ao abrigo do MPCUE, e contou também com elementos da estrutura de Comando da ANEPC, da Força Especial de Proteção Civil (FEPC), dos Bombeiros do distrito de

Santarém, do Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM) e da Energias de Portugal (EDP).

Com recurso a três embarcações, os militares do GIPS, oriundos das capacidades de UAS, NEOS, BREC e MP, conjuntamente com Binómios Cinotécnicos, elementos de transmissões e comunicações, prestaram apoio nas tarefas de purificação e distribuição de milhares de litros de água e na distribuição de toneladas de alimentos e medicamentos em Buzi.

Além disso, foi ainda dado apoio em ações de reconstrução e recuperação de habitações e outras infraestruturas destruídas, removendo estruturas irrecuperáveis, tendo-se procedido também ao corte de árvores, bem como ao mapeamento das áreas principalmente afetadas, de forma a calcular a dimensão dos estragos, definir os apoios a ceder a cada família e redefinir o plano urbanístico municipal, prevenindo futuras construções nas áreas principalmente afetadas.

A missão não foi, obviamente, isenta de dificuldades que se colocaram devido à diferença de clima, da dimensão da área afetada que apresentava um elevado nível de destruição, da projeção tardia, dos riscos para a saúde e integridade física, mormente pela propagação de doenças infectocontagiosas, da desorganização e descoordenação inicial da resposta, das diferenças culturais e da falta de recursos adequados às necessidades.



Fotografia 31 - Militares do GIPS na província de Sofala. Fonte: UEPS/GNR.

Desta missão guarda-se, sobretudo, o sentimento de dever cumprido e a humildade reforçada perante a grandeza e a resiliência do povo moçambicano.

### **Projeção para a Turquia no âmbito do Mecanismo de Proteção Civil da União Europeia**

Atendendo ao sismo que abalou a Turquia na noite do dia 06FVE23, foi determinado à GNR constituir uma força multidisciplinar para integrar uma força conjunta, para auxiliar a população da Província de Hatay – Antáquia, afetada pela catástrofe.

Atentos os compromissos firmados aos níveis político



Fotografia 32 - Força Conjunta Nacional na Turquia constituída pela ANEPC, Regimento de Sapadores Bombeiros, INEM e GNR. Fonte: ANEPC.

e interinstitucional, com o inerente impacto na imagem e credibilidade de Portugal, da GNR e da ANEPC, foi importante aprontar e projetar uma força multidisciplinar com capacidade de Comando e Controlo e autonomia para auxiliar a população da Turquia afetada sob a égide do MPCUE, com a capacidade de prontidão de 12 horas e autossustentação durante 7 dias; A UEPS projetou uma Força com 18 militares para

integrarem a FOCON, entre os dias 09 e 18 de fevereiro de 2023, com a missão de executarem as tarefas relativas à deteção, busca e resgate de pessoas soterradas, avaliação e reconhecimento estrutural das edificações, bem como de ajuda humanitária à população local.

Ao longo da permanência em território Turco, a FOCON conseguiu resgatar uma vítima dos escombros com vida e posteriormente auxiliar no salvamento de um canídeo que se encontrava preso nos escombros, num sismo que provocou mais de 44 000 vítimas mortais e 108 000 feridos.

A FOCON enalteceu e dignificou a imagem e o prestígio institucionais, através de um contributo para a Segurança Nacional na sua dimensão externa, apoiando a missão com elevado profissionalismo e eficiência, evidenciando as competências distintivas da GNR, afirmando-se como instrumento único e inequívoco enquanto força de natureza gendármica, flexível e robusta, passível de ser empenhada no âmbito de operações de emergência e socorro, integrada nas demais forças internacionais de Emergência, de Proteção e Socorro.

### **Projeção para o Chile**

A vaga de incêndios florestais no Chile afetou sobretudo as regiões de Ñuble, Biobío e La Araucanía, zonas de intensa atividade agrícola e florestal, localizadas respetivamente a 400, 500 e 700 quilómetros a sul da capital chilena, Santiago;

O governo chileno decretou um Estado de Exceção Constitucional de Catástrofes, que permitiu uma entrega mais rápida da ajuda às pessoas afetadas e a mobilização de recursos, e pediu ajuda internacional, no dia 04 de fevereiro de 2023.

O ministro da Administração Interna (MAI) manifestou ao MPCUE a disponibilidade para projetar uma força de cerca de 140 elementos de várias forças e serviços, nomeadamente da Unidade de Emergência de



Fotografia 30 - Ciclone tropical Idai - Moçambique 2019. Fonte: UEPS/GNR.

Proteção e Socorro (UEPS) da Guarda Nacional Republicana (GNR), da Força de Sapadores Bombeiros (FSB) do Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), do Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM) e dos Bombeiros Voluntários Portugueses; Atentos os compromissos firmados aos níveis político e interinstitucional, com o inerente impacto na imagem e credibilidade de Portugal e particularmente da GNR, foi determinante o aprontamento de uma força da UEPS, sob a égide do MPCUE, com capacidade de Comando e Controlo e autonomia para auxiliar a população do Chile afetada.

Num total de mais de 439694.55 ha de área ardida, 25 vítimas mortais, 2911 pessoas feridas<sup>30</sup>, o papel

da Guarda, conjuntamente com as restantes forças que integraram a FOCON 2, foi decisivo para as Autoridades locais (CONAF) e população chilena, ajudando em inúmeros locais de atuação, na eliminação de focos de incêndios rurais, bem como na proteção de pessoas e bens, como foi a atuação imensurável da Força UEPS na proteção da localidade de Coronel.

A participação da Força da Guarda Nacional Republicana, integrada numa força conjunta, foi positiva, permitindo a interação e trocas de ideias, experiências e metodologias de trabalho, entre as várias forças, verificando-se também a existência de uma aproximação positiva dos vários agentes de proteção civil portugueses e internacionais.